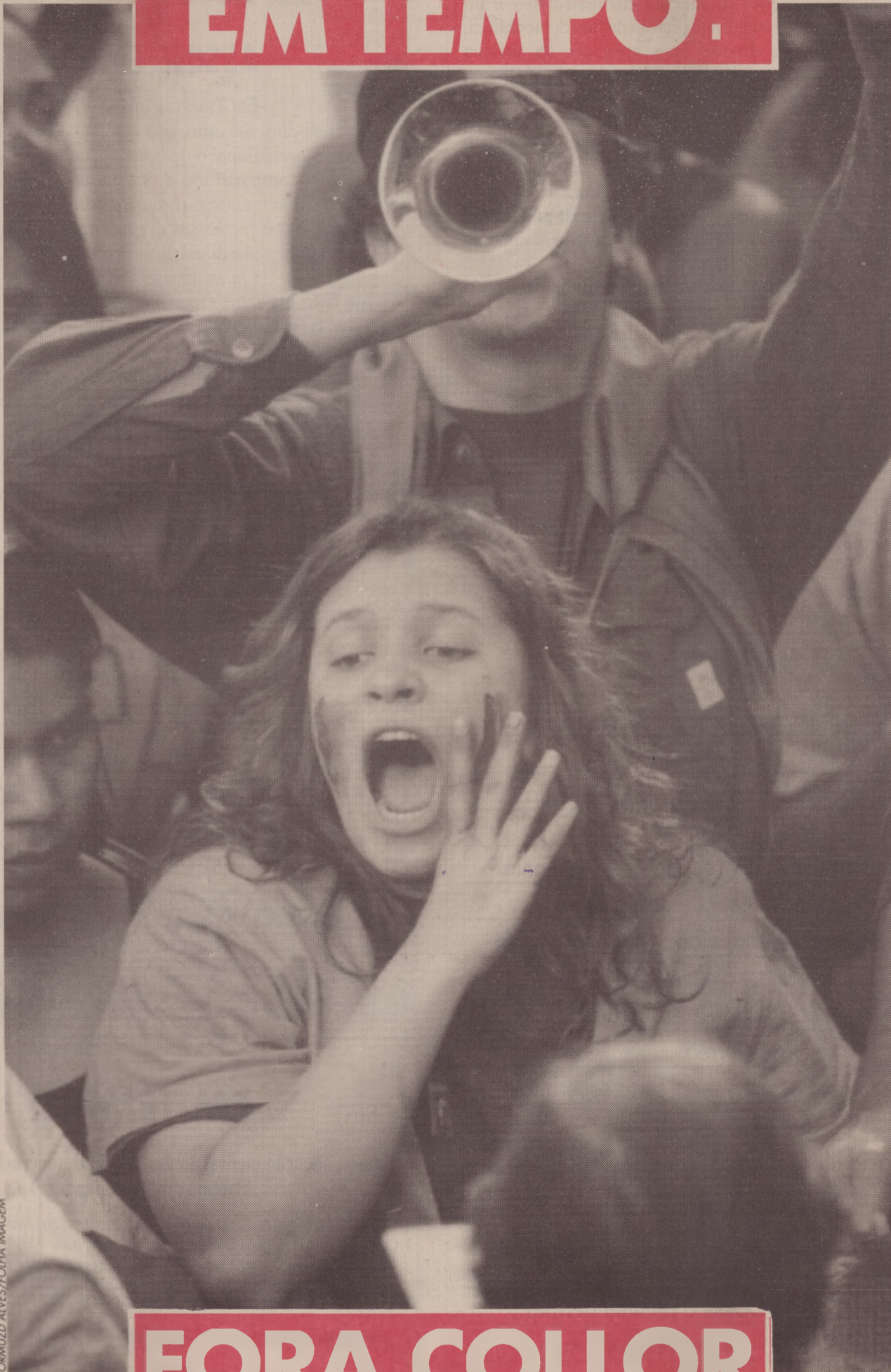


PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

EM TEMPO:

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AOS
SEUS FILIADOS

Nº 261
SETEMBRO
1992
Cr\$ 5.000,00



ORMUZD ALVES/FOIHA IMAGEM

FORA COLLOR

SEM PERDÃO

Collor: sem perdão

Esta edição do EM TEMPO tem como tema central a crise do governo Collor. As mobilizações de massa pelo *impeachment* do presidente representam uma retomada auspiciosa da luta democrática, revertendo o cenário de mais de dois anos aplicação da política neoliberal. As matérias de Isaac Akcelrud, Carlos Henrique, Juarez Guimarães, Eduardo Albuquerque e Raul Pont analisam diversos aspectos destes embates decisivos. Outro fato importante do cenário político nacional, a disputa em torno das eleições municipais, é analisada por José Corrêa. E João Antonio analisa o comentado livro de Celso Furtado, **Brasil: a construção interrompida**.

A discussão sobre socialismo é acompanhada através da publicação da intervenção de Ernest Mandel em Manágua, na terceira reunião do Fórum de São Paulo.

O movimento sindical é coberto pelo balanço da derrota sofrida pela CUT na eleição para o sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, num momento crucial em que se prepara a privatização da empresa. E Afonso Florence divulga algumas experiências recentes de aplicação da proporcionalidade direta para a eleição de diretorias sindicais.

William Aguiar denuncia a ofensiva reacionária que a Igreja prepara contra os homossexuais.

Juarez Guimarães traz para o debate a personalidade fulgurante de Caetano Veloso, seu papel na cultura brasileira recente e sua relação com a esquerda.

E inauguramos nesta edição uma seção de notas internacionais, acompanhando a "nova desordem internacional", que em nossos próximos números deve ser ampliada para outros temas.

Esperamos que a leitura seja interessante.

índice

3 - Crise nacional: Caminhos da luta democrática

Carlos Henrique Árabe

5 - Crise nacional: Corrupção e democracia

Juarez Guimarães

5 - Crise nacional: Neoliberalismo e "Collorgenia"

Eduardo Albuquerque

6 - Crise nacional: Retrato falado de Collor na CPI

Isaac Akcelrud

8 - Crise Nacional: A cidade: esquerda x direita

José Corrêa

10 - Socialismo: Façamos renascer a esperança

Ernest Mandel

12 - Crise nacional: A permanência de Celso Furtado

João Antônio de Paula

13 - Sindical: Proporcionalidade na direção

Afonso Florence

14 - Sindical: CSN: balanço de uma derrota

Marilane Teixeira e Vanderlei Barcelos

16 - Movimentos sociais: O inferno é aqui mesmo

William Aguiar

17 - A nova desordem mundial

18 - Cultura: Fragmentos de uma utopia

Juarez Guimarães

20 - Crise nacional: Reformas estruturais

Raul Pont

ESPERAMOS QUE VOCÊ

ASSINE EMBAIXO

EM TEMPO é uma publicação que circula exclusivamente entre os filiados do Partido dos Trabalhadores. Espaço de opinião, debate e análise, EM TEMPO compartilhou a defesa de muitas das idéias que hoje caracterizam nosso partido: a democracia socialista, o feminismo, o internacionalismo, a própria concepção de partido estratégico.

Idéias de amanhã também são debatidas no EM TEMPO hoje: o programa democrático-popular para o Brasil e alternativas políticas na crise nacional; os desafios do socialismo; as grandes viradas internacionais; a luta pela igualdade; temas da cultura.

Além de assinar a imprensa do PT*, convidamos você a assinar o EM TEMPO.

Quero assinar EM TEMPO e recebê-lo em meu endereço.

Minha opção de assinatura é:

- Semestral (5 edições) Apoio: Cr\$ 40.000,00
Normal: Cr\$ 25.000,00
- Anual (10 edições) Apoio: Cr\$ 80.000,00
Normal: Cr\$ 50.000,00

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:.....Telefone:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe:

Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo - SP CEP: 01151-000

* COMO ASSINAR A IMPRENSA DO PT:

BRASIL AGORA: (011) 220-7198 e 222-6318; BOLETIM NACIONAL: (011) 223-7999 e TEORIA & DEBATE: (011) 220-2103

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Gerson Almeida, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado

Jornalista responsável: Célia Regina de Souza. Reg. MTB nº 18663 DRT/SP

Capa: Caco Bisol

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151. Fone: 66-5550.

CGC 46.093.0001-10

Sucursais:

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618. Loja 4 - Bonfim. CEP90.210. Fone: 227-4642. **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117. Sala 1142. CEP 20.031 **Vitória:** Praça Quintino Bocaiuva, 16. Sala 707. CEP 29.000. Fone: 223-0921

Caminhos da luta democrática

Niels Andreas/FI

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

A explosão do movimento de massas respondeu, acima de qualquer expectativa, ao grande dilema da CPI do PC: uma explosão de denúncias detonava Collor, mas a maioria da população permanecia numa silenciosa expectativa. A mobilização popular foi o elemento decisivo para colocar o governo num momento terminal.

A participação das amplas massas pode permitir construir uma alternativa democrática para a saída de Collor, em oposição a uma saída controlada, que já está sendo articulada pelos partidos da ordem.

O primeiro passo da luta democrática desencadeada com a CPI é a busca da vitória na instauração do processo de *impeachment*: o afastamento e julgamento por crime de responsabilidade do presidente. O amplo movimento de massas não aceitará qualquer negociação que vise "anistiar" Collor pelos crimes cometidos. Esta postura, obviamente, choca-se com a dos setores que preconizam uma saída negociada, via renúncia com impunidade.

Mas há um segundo passo da luta democrática que poderá alterar o rumo geral da indignação popular e colocar em cheque o compromisso dos partidos. Neste processo, as manifestações populares, em grande medida espontâneas, podem adquirir um caráter de movimento de massas, mais organizado e portador de propostas.

A CUT assumiu a importante iniciativa de propor uma paralisação nacional para o dia da votação da "admissibilidade" do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Junto a isso lança sete bandeiras de luta: emprego e salário para todos; saúde e previdência dignas; educação pública gratuita; reforma agrária para valer; não pagamento da dívida externa; não às privatizações; cadeia para os culpados. Outras iniciativas de setores populares virão se somar neste sentido.

Crise e experiência popular

A crise esteve, até agora, circunscrita à figura do presidente, em torno da corrupção e de uma vaga contrapartida expressa na idéia de ética na política. A política econômica, ou melhor dizendo, o programa do governo Collor ainda não foi questionado. Esta situação só poderia ter sua solução fechada neste círculo das elites se o país fosse outro, isto é, se a burguesia tivesse um sistema partidário eficaz e uma forte hegemonia social. Como não dispõe nem de uma coisa nem de outra, a crise nacional gestada desde o final do regime militar transforma a crise de governo em impasse prolongado. Abre a perspectiva de lutas sociais num ambiente de extrema desigualdade e de urgência de resolver necessidades básicas do povo.

A crise nacional combina um duplo fracasso das classes dominantes na condução do país depois da ditadura. De um lado, elas não constituíram uma direção civil, partidária, para a gestão estatal. A gestão Sarney foi, na verdade, um adiamento da formação de uma posição hegemônica entre as classes dominantes, com uma sequência de troca de postos entre estes setores. De outro lado, elas não conseguiram desencadear a tempo um novo projeto de inserção do país na ordem neoliberal. A aplicação tardia dos projetos de reestruturação capitalista implicou numa maior concentração dos custos sociais e menor chance de sucesso do que em outros países. O governo Collor foi a expressão selvagem desta opção tardia da burguesia brasileira. Ao mesmo tempo foi também a expressão de uma crise de direção política das classes dominantes.

O elemento central de oposição à consolidação de uma estabilidade conservadora foi a emergência dos trabalhadores na cena política e social através do PT e da CUT, da organização dos trabalhadores e setores populares. Sua presença independente dos trabalhadores construiu um caminho para a luta democrática e para um outro projeto de nação.

Criou para o Brasil, ao contrário do que se passa no cenário internacional, a possibilidade histórica de um caminho alternativo à ordem mais desigual, mais opressiva, radicalmente desumana, que significa o neoliberalismo na periferia do capitalismo.



Manifestação no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 25 de agosto de 1992

Não às saídas controladas

Três momentos históricos constituíram este caminho alternativo e fazem parte de um aprendizado político de massas:

- a reformulação do sistema partidário ainda no final da ditadura viu surgir, fora do controle burguês, o Partido dos Trabalhadores;
- a batalha pelas Diretas-Já denunciou o "pacto das elites", via Tancredo e colégio eleitoral, permitindo colocar o PT como dirigente da luta democrática no país; e
- as eleições de 89, finalmente, colocaram frente a frente dois projetos nacionais antagônicos.

Vivemos agora um quarto momento decisivo da luta democrática. Apesar dos esforços dos setores liberais em isolar este momento de toda significação histórica, o que está em jogo é o reatamento da trajetória da luta democrática, que teve o seu auge em 1989 mas que se viu bloqueada durante quase três anos.

Dois aspectos imediatos devem ser objeto central de luta e do comportamento do PT.

O primeiro, obviamente, é a instauração do processo de *impeachment* e o posterior julgamento dos crimes cometidos por Collor. Nestes se incluem os crimes eleitorais. Apesar de não investigados pela CPI, eles existem e estão ou arquivados ou à espera de julgamento (ver box). O segundo aspecto é a própria relação com as manifestações de massa. Elas tem o papel de pressão sobre o Congresso mas, acima de tudo, cabe defender sua autonomia para que expressem o conjunto de sua vontade. Em outras palavras - e por razões éticas, inclusive - para que não sejam manipuladas nem entendidas como mero instrumento de pressão. A questão do governo



Um dos ensinamentos da luta democrática no Brasil é a necessidade de combinar mobilização e defesa de interesses dos trabalhadores com objetivo de conquista da hegemonia na sociedade. A luta institucional é, nesta perspectiva, um meio de disputa de hegemonia e não pode ser um fim em si mesma. Ao contrário, deve ligar-se ao objetivo de novas experiências de lutas de massas, propiciando sua auto-organização e a construção de objetivos maiores. Este processo permite às massas identificar direções confiáveis e verificar os limites dos partidos de "meio-de-caminho".

A passagem do movimento de massas pró-*impeachment* a uma nova fase, exigindo mudanças gerais no país, implica parte do PT, apresentar uma plataforma de reformas políticas e econômicas. Exige do PT, acima de

tudo, a uma vontade de liderar uma alternativa de governo para o país.

A relação do PT com um governo Itamar é a de oposição a um governo herdeiro do programa de Collor (ainda que maquiado com "preocupações sociais") e com uma legitimidade temporária. É a continuidade de uma disputa nacional, em condições muito superiores as que se deram sob o governo Collor.

É com esta disposição que o PT manter-se-á confiável às massas, que poderá impedir a continuidade da aplicação do programa neoliberal no país e colocar na ordem do dia a disputa de alternativas de reformas econômicas e políticas de interesse popular.

No curso desta disputa, na medida em que cresça a autoconfiança das massas e altere-se a correlação de forças, uma nova conjuntura política pode antecipar a necessidade de definição da crise de hegemonia no país. As mediações para que isso possa ocorrer ainda não estão dadas: podem resultar da investigação de crimes eleitorais ligados a eleição de Collor e Itamar, de um amplo movimento por reformas cujas aspirações choquem-se com um futuro governo Itamar. De novos escândalos, etc. Devemos construir a convicção de milhões de que só alternativas democráticas, com intensa participação popular, poderão apontar rumos novos e melhores para o país. Isso não tem prazos pré-estabelecidos, mas deve responder a um processo de amadurecimento político que tem ritmos próprios. É nestes marcos que cabe a defesa de eleições gerais como forma de definir uma nova hegemonia no Brasil. □

Crimes eleitorais

Ninguém pode acreditar que a história de corrupção de Collor e PC Farias tenha começado no dia 15 de março de 1990. No processo eleitoral - para não falar do período em que foi governador - Collor teve contra si processos criminais importantes.

Um deles foi levantado a partir de reportagem feita pela jornalista Elvira Lobato (Folha de São Paulo) em 9 de setembro de 1989. Dava conta que a segurança de Collor era composta por policiais militares de Alagoas e que ainda contava, na campanha, com funcionários civis do Estado, configurando crime eleitoral. O TSE, no dia 12 de dezembro, decidiu manter o inquérito sob sigilo. Em 1990, os responsáveis pela investigação foram substituídos, outro relatório foi produzido e um novo procurador eleitoral pediu arquivamento do caso.

Em outro processo, o deputado do PT Hélio Bicudo apresentou uma representação ao TSE por crime de calúnia, injúria, difamação e abuso de poder econômico. Fazia referência, entre outros, ao caso Míriam Cordeiro, à entrevista ao programa de Ferreira Neto a poucos dias do segundo turno e à irregularidade nos recursos que financiavam a campanha de Collor. O TSE e depois o STF declararam-se incompetentes para julgar, alegando uma interpretação do art. 86 da Constituição, de que o Presidente não poderia ser julgado por atos exteriores ao mandato.

Certamente seria necessário uma nova CPI para investigar a campanha de Collor. Grande parte das contas recheadas com milhões de dólares pode ter-se originado exatamente aí. O mecanismo de entrelaçamento com grandes empresários também certamente teve neste momento um salto de qualidade.

A responsabilização política de Collor e abertura de processos por crimes comuns coloca a necessidade de desarquivamento e de julgamento dos crimes eleitorais.

Debate no PT

O PT debate o que fazer após o afastamento de Collor. A posição frente a um possível governo Itamar divide a executiva nacional em três alternativas básicas (ver **Boletim Nacional**, agosto/setembro).

O deputado Eduardo Jorge defende a participação do PT no processo de discussão sobre um governo de transição, com o objetivo de se alcançar uma hegemonia de centro-esquerda e, nesse caso, participar do governo Itamar. A conclusão da posição é que "nossa exclusão deste processo de discussão de um possível governo de transição Itamar, visando uma estratégia que aposte tudo em 94, além de criar uma grande instabilidade no nosso arco de aliança pró-*impeachment*, pode simplesmente acentuar uma visão messiânica toda poderosa de que tudo poderíamos a partir de nossa chegada no governo".

Outra posição, apresentada pelo deputado José Genoíno, aproxima desta, mas não chega a propor a participação no governo Itamar. Propõe um entendimento entre os partidos e com a sociedade "capaz de viabilizar politicamente a ascensão de Itamar", implicando em uma "governabilidade democrática" e uma pauta de mudanças para o país. "Ao mesmo tempo, o PT recusa a tese do 'governo de união nacional'. A disposição do PT para a negociação tem, portanto, um outro significado. Enquanto parceiro dos partidos que assumiram desde o início a luta pela CPI, pela apuração das denúncias e pelo afastamento de Collor, o PT tem consciência do seu dever de compartilhar responsabilidade pelo futuro. Tem claro que a construção de uma governabilidade democrática implica não só numa disposição para o diálogo amplo neste momento. Impõe também uma disposição de abertura para a discussão com o novo governo".

Uma terceira posição, nesta questão, é defendida por João Machado e Joaquim Soriano, Jorge Almeida e Markus Sokol, membros da Executiva Nacional. Sustenta uma postura oposicionista, com argumentos e alternativas diferentes para o desdobramento da crise. A conclusão da posição de João Machado e Joaquim Soriano: "Nosso objetivo é construir uma alternativa de governo com base em um programa democrático e popular...buscamos aprofundar a crise de governo até o afastamento de Collor e a transformação do atual processo em uma crise de regime...A orientação mais geral para a saída do presente impasse são novas eleições gerais acompanhadas de amplas reformas políticas - uma limpeza geral no sistema que está montado como condição para começar um novo em outras bases".

Alternativa de governo?

Esta discussão mostra que, se o PT está à frente de todas as manifestações populares e do trabalho de garantir o *impeachment* no Congresso, está atrás dos demais partidos na preparação do momento seguinte. Isto se reflete no discurso e na prática do partido. Mas o debate está posto. É bom que seja feito amplamente no partido, exatamente neste momento em que se instala o "parlamento nas ruas". Não é uma questão que se defina exclusivamente pela luta interna, pela evolução de posições. Ela vai depender sobretudo da relação de *todo* o partido com o movimento de massas, dos conflitos no processo de *impeachment*. E, deste ponto de vista, podemos guardar um "otimismo combativo": lutar por posições coerentes com a trajetória do PT tendo a expectativa de que os acontecimentos marcham a nosso favor.

No fundo deste debate está em jogo a questão de se é possível construirmos uma alternativa de transformações sociais profundas no Brasil e se o PT quer ou não liderar uma alternativa de governo para o país. É evidente que a idéia de participação num governo Itamar é o abandono de qualquer pretensão a um governo Lula, levando a assumir como estratégia um governo em comum até com setores da direita. A coresponsabilidade pela viabilização de Itamar caminha também neste sentido, embora com mais moderação. Em comum estas duas alternativas expressam a idéia de que não há mais opções políticas fundamentais. □

Corrupção e democracia

JUAREZ GUIMARÃES

Por duas vezes seguidas, o tema da corrupção centraliza o cenário nacional em conjunturas decisivas. Em 1989, foi em torno deste tema que se construiu a farsa Collor; agora, é a partir da denúncia da corrupção que a farsa se desmonta. Mas não seria cair no jogo das aparências acreditar que a corrupção está no centro da vida política do país? Não seria diluir a nossa visão de classe, colocar no centro do nosso discurso temas básicos como a honestidade, a transparência, a honradez?

Fatos são fatos. O inventário das instituições e órgãos públicos implicados na corrupção, de acordo com as denúncias que foram divulgadas até agora - uma parte apenas de uma prática certamente ainda mais generalizada - mostra que a corrupção é uma regra e não uma exceção: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, FGTS, PIs-PASEP, FAT, fundos de pensões das estatais, ministérios da Saúde, da Educação, da Ação Social, Previdência, CEME, IBC, Incra, Petrobrás, Eletrobrás, Exército, Aeronáutica... uma lista infundável: é difícil lembrar um órgão ou fundo público dirigido com probidade.

A prática da corrupção está também encravada no coração do sistema. Todos os partidos da ordem - PMDB, PFL, PDS, PRN, PDC, parte do PSDB e do PDT estão estruturados hoje fundamentalmente em torno de práticas corporativas e clientelísticas que lidam com a corrupção da coisa pública. O sistema de caixinhas e de manipulação eleitoral dão o tom na busca de votos. A compra de parlamentares é uma prática rotineira no Congresso Nacional.

Mais além de reconhecer que a corrupção está no centro do funcionamento das instituições da "Nova República", é preciso explicar as raízes históricas, estruturais e ideológicas desta situação.

Raízes históricas: a corrupção - a capacidade de comprar votos, influências, favores - é o instrumento básico que tem garantido desde a ditadura militar, a continuidade do controle dos aparelhos centrais do Estado pelos grandes grupos econômicos. Não houve nenhuma ruptura democrática fundamental que quebrasse este controle. Até os personagens da trama continuam em grande medida os mesmos: basta olhar o ministério Collor

Raízes estruturais: a "Nova República" se baseia na dinamização do sistema de representação eleitoral (partidos e eleições). Mas, além da distorção básica deste sistema de representação, os mecanismos institucionalizados de controle da sociedade sobre o Estado permanecem por construir. Dos fundos dos trabalhadores à Previdência, das estatais aos bancos públicos, da arrecadação tributária à concessão de incentivos, tudo permanece sob o arbítrio absoluto de quem controla a burocracia estatal.

Enfim, raízes ideológicas: uma cultura democrática de massas - dos valores da cidadania aos mais elementares códigos de relacionamento entre representantes e representados, da extensão dos direitos humanos à democratização dos meios de comunicação - permanece ainda por ser construída, apesar dos avanços conseguidos. O despotismo estatal continua se valendo da desinformação, da farsa, da passividade para exercer o seu domínio.

Assim como a extensão e a profundidade da corrupção são indícios do pequeno grau de democracia real que existe nas relações do Estado com a maioria da população, o uso recorrente da corrupção é a manifestação mais forte da profundidade da crise nacional e da dificuldade dos partidos da ordem em liderar a Nação. □



Eder Chiodetto/FI

Neoliberalismo e "Collorgenia"

EDUARDO ALBUQUERQUE

O processo da CPI é pleno de lições. Delas poderemos fazer avançar a democracia no Brasil. A quadrilha PC Farias-Collor expôs de forma aberta todo o esquema de rapinagem organizada dos recursos públicos.

Mas Collor e PC não as inventaram. Estas redes têm uma existência que vem desde a montagem das bases do capitalismo industrial no Brasil. O Estado teve aí um papel estratégico. A intervenção estatal a favor da acumulação privada, sem qualquer discussão democrática sobre a sua destinação significa condições para a corrupção.

A corrupção no Brasil não se reduz a um problema de (falta) caráter de alguns tipos que chegam, pelo golpe ou pela fraude, ao comando do aparato de Estado. Sua privatização é o que estabelece a base estrutural da corrupção numa sociedade como a brasileira. A "politicagem" se tornou um esquema de rateio de verbas e influências públicas. Uma simples olhada na história política recente do país serve para refrescar nossa memória. Se na ditadura militar a variável-chave era a passagem a um gabinete ministerial, na era Sarney havia os Anibal Teixeira e as concessões de TVs.

A predominância do neoliberalismo (e aqui está uma das "contribuições" específicas de Collor) levou este esquema a um nível máximo. Por que? Porque o programa neoliberal estabelece um aumento exponencial do que é transacionado entre as esferas pública e privada. Além dos fluxos "de sempre" (verbas, financiamento, etc) o neoliberalismo anunciou uma transferência patrimonial do setor público ao privado de 100 bilhões de dólares. Como? A história da "privatização-doação" movida a moedas "podres" já é bem conhecida.

Não é descabida uma especulação do tipo psico-político. Pode se pesquisar que tipo de "seleção" de personalidades que levou à escolha de Collor e sua gang para administrar tamanha doação. Collor é uma personalidade ajustada à tarefa.

Collor se excedeu?

Por um lado não. O neoliberalismo significa um "cano" explícito de 100 bilhões de dólares nos assalariados do país (como reconhecem até técnicos da FGV, como Paulo Rabelo de Castro). Perto dessa, as outras "maracutaias" são pequenas... Neste sentido, Collor "apenas" estava executando as tarefas do neoliberalismo...

Por outro lado, Collor contou com a impunidade subestimando os avanços democráticos do país. Três aspectos merecem destaque: a presença da bancada petista no Congresso Nacional, intervindo nos momentos-chave (propondo a abertura da CPI); a atuação da imprensa, capaz de desenvolver um jornalismo investigativo indispensável à construção de uma democracia; e a existência de um processo eleitoral próximo, momento de teste da opinião pública.

Há uma contradição decisiva, portanto: a tarefa da rapinagem e seus personagens são contraditórias com o avanço democrático já ocorrido no Brasil.

Qual a solução desta contradição? Veremos. O desenlace é decisivo. É indispensável que o PT compreenda o clima de discussão e indignação atualmente existe e vá adiante, exigindo reformas políticas e econômicas que expressem mais democracia, mais decisão popular nos assuntos fundamentais da vida do país.

Essas reformas e o controle social são incompatíveis com o neoliberalismo. Por sinal, o neoliberalismo brasileiro é "collorgênico": se mantido gerará novos Collors... □

O neoliberalismo brasileiro é "collorgênico": se mantido gerará novos Collors...

Retrato falado de Collor na CPI

ISAAC AKCELRUD

O governo Collor é um cadáver insepulto. Ainda berra aos microfones, troveja ameaças e, sobretudo, continua levando uma vida principesca à custa do povo brasileiro. Mas não tem mais autoridade alguma.

Os próprios ministros de Collor o puseram de lado, como figura decorativa. Assumiram o poder de fato e exercem uma regência a pretexto da "governabilidade" do país. O governo agoniza, sufocado pelo entulho e a imundície da roubalheira da quadrilha que assaltou o poder.

Este é um retrato do governo Collor encontrado diariamente nos jornais, rádio e televisão brasileiros. Sob o manto geral de coragem e veracidade, no entanto, este quadro de conjunto oculta o que pode funcionar como logro e engano. Pois cabe deixar claro que não se trata de um fracasso individual e isolado de um homem que não soube corrigir seus erros a tempo. Revelou-se inesperada e brutalmente, de corpo inteiro e sem mais disfarces, que tipo de governo e que qualidade de gente o grande capital, o latifúndio, os banqueiros credores e as agências imperialistas precisavam e acabaram selecionando entre vários postulantes para impedir a eleição de Lula para a presidência da República. Contra o projeto democrático-popular só tinham PC Farias e sua expressão política, Collor.

Não estamos diante da exceção. Enfrentamos uma regra do capitalismo. Estuda-se o governo Collor como um estudante de medicina esmiuça um cadáver no necrotério. Na experiência viva de luta já começa o povo a perceber como é possível levá-lo às cordas e derrotá-lo.

I - Três lições da campanha

A crescente movimentação popular que está enquadrando e alimentando os acontecimentos políticos e pesando cada vez mais na relação de forças, com manifestações gigantescas nas capitais mais importantes e mobilizando rapidamente os centros urbanos do interior, tem algumas e expressivas características peculiares. Num resumo inicial caberia alinhar:

Partidos e antenas

O movimento de massas ultrapassa largamente os partidos e as direções tradicionais. As bandeiras de luta obedecem a palavras de ordem que não foram por elas previamente sancionadas. "Fora Collor" é um lema de origem operária. Como se sabe, a CUT São Paulo chegou a sofrer ameaça de punição disciplinar por avançar o slogan não-oficial. E a luta pela *ética política* evidentemente não pertence a nenhum partido. É criação e requinte filosófico de intelectuais avançados. É fortemente provável que um dos motores da adesão a esse refinamento literário seja a classe média

ludibriada por Collor, arrependida do seu voto, clamando por vigância. Seria uma palavra de ordem de aliança de classe que os trabalhadores aceitaram com aguda intuição política.

Os partidos, inclusive o PT, devem afinar as antenas.

Temos a juventude

A reanimação do movimento estudantil e o realinhamento da UNE revigorada pela ação no front político da liberdade e da democracia pode tornar-se a tônica do novo quadro político. O retorno juvenil à liça, ao par do rejuvenescimento das fileiras de todo o movimento democrático-popular, traz consigo um promissor ponto de partida para o tão sonhado

crescimento organizado do movimento de massas. Uma luta que se ancora na fábrica e na escola, a partir da organização do exército do trabalho e da organização da juventude, em seus pontos naturais de concentração e atividade, pode vencer o tradicional esvaziamento da agitação dos comícios (que termina com o foguetório) e perdurar com a estruturação em organismos estáveis que avançam através da luta continuada. Quem não cuidar deste aspecto, perde o trem.

Campanha eleitoral em apuros

O movimento anti-Collor ultrapassou amplamente a campanha eleitoral. A acusação de eleitoralismo que lhe faz o Planalto é inteiramente fora de foco. As pesquisas revelam um perigoso esvaziamento, com elevadíssimo índice de abstenções, que pode privar alguns pleitos municipais de qualquer significação política. Isto tem que sacudir a militância responsável, por que demonstra incapacidade de articular uma campanha política previamente montada, como a de uma eleição, com uma luta emergente ou imprevista.

Esta falta de jogo de cintura e de agilidade é sintoma de percepção insuficiente da realidade objetiva e pouca sensibilidade para o estado de espírito do povo. O grande militante, na emergência, foi Suplicy que se jogou inteiro no fundamental. Sendo CPI acima de tudo. Foi o candidato com maior sentido de atualidade. O oposto foi o de uma ilustre candidata que deu os primeiros e decisivos passos de sua campanha nos Estados Unidos, enquanto aqui rolava o escândalo Collor.

Ainda nos falta aprender a entregar "nossas" campanhas ao povo.

II - Golpe branco do ministério

As grandes figuras do movimento operário mundial assinaram mais de uma vez que uma das mais dramáticas contradições da burguesia é que ela não pode fazer política - nem a sua estreita e mesquinha politiquice - sem atrair o povo para essa perigosa atividade. Chega a hora da verdade em que começamos a fazer política por conta própria e ampliar o raio de ação de nossos direitos e conquistas. Quando estoura uma contradição inter-burguesa - como é o caso, agora, no Brasil, pois Pedro Collor não consultou Lula para ligar o ventilador - recorrer ao povo é particularmente perigoso para as classes dominantes.

Tudo isso tem que ter um limite, tem que ser administrado, pois o povo pode ir além das medidas. É o que teme, por exemplo, o sr. Leonel Brizola. Ele declarou com todas as letras, durante esta crise, que governo fraco (é o caso de Collor) com o povo na rua (é o grande risco) significa que o país fica à deriva. É uma declaração golpista de ponta a ponta. Brizola diz temer a ira dos generais, mas fornece argumentos aos generais golpistas.

A liderança militar também se especializou em controle dos "excessos populares". Cuidados muito especiais estão sendo tomados para a próxima parada do Sete de Setembro em Brasília. Dizem temer que manifestações anti-Collor se confundam com desrespeito intolerável às Forças Armadas. Não sabem se Collor chega ao palarque de helicóptero ou por um túnel...

Estes são alguns aspectos mais visíveis do drama. Há outros, mais profundos e menos confessáveis. Internamente, o "patriotismo" capitalista está derrubando a arrecadação - empresas que atrasam ou simplesmente não pagam os impostos devidos; outras não recolhem as contribuições de previdência descontadas de seus operários - atrasos e calotes porque o governo está sem força para nada. Externamente, dá para entender que os relatórios das embaixadas e das empresas estrangeiras, dos serviços de espionagem diversos e dos diferentes aduladores, não sejam nada lisongeiros. A negociação da dívida externa emperrou de novo. FMI, americanos e japoneses estão exigindo a aprovação das leis prometidas por Collor e Marcílio. Em resumo: aumentam as pressões enquanto a onda cresce nas ruas.

Golpismo criativo

Era preciso fazer alguma coisa de original e criativo, isto é, sem os militares na primeira linha. O ministério de Collor

O governo Collor é um cadáver insepulto.



Roberto Jaime

aproveitou o vazio de poder, mantendo cadáver insepulto, para desfechar um duplo golpe.

Golpe em Collor. O ministério assume o governo por cima e à revelia de um presidente fictício. Toma o poder com um simples comunicado.

Golpe no povo. Escamoteou o fruto da vitória da luta popular nas ruas de todo o país.

Tudo foi preparado em hábil e rápida campanha em nome da "governabilidade", combinando duras pressões com sútis manobras de inocente aparência. Primeiro, foi a campanha logo aceita e encampada pelo próprio Collor, que nem desconfiou que a escada estava sendo retirada enquanto pintava sua parede. Apregoou-se a honorabilidade do ministério, inatácavel, o que, em seguida, derivou para o *ministério ético*.

Isto parecia um atalho da vaidade pequeno-burguesa do ministério dividido entre os "técnicos" e "juristas" como Marcílio e Borja e os vilões fisiológicos como Fiuza e Bornhausen, sequiosos de dinheiro para comprar deputados. Mas não ficou nisso, não. Os *éticos* foram logo reforçados por outra fulminante campanha "doutrinária" enfiada no próprio noticiário da crise. O "competente" Marcílio estaria conseguindo separar em compartimentos estanques a política suja da economia limpa. A canalhice política está isolada e não contaminava a imaculada e pulcra área econômica. Isto foi canonizado pela Fiesp e, em seguida, por tudo que é entidade patronal. Impressionante unidade. Só não foi denunciado por nenhum partido operário e popular. A impostura passou incólume. O golpe estava maduro.

Estranha dualidade

Assim, imperceptivelmente, se fabricou uma estranha dualidade de poder. O regime continua presidencialista. Mas o ministério deixou de ser de Collor para ser *do país*. Os ministros ficam no poder, haja o que houver, para mostrar ao povo que há governo nesta terra. No meio do povo, submetidos a um fluxo de informação habilmente dirigido e dosado, tornou-se difícil e lento identificar o processo. Nos meios político-parlamentares, embora tardiamente, somente o senador Fernando Henrique Cardoso se deu conta do golpe. Mas não parece sentir-se atingido...

Enquanto rolava essa trama, multiplicavam-se as reuniões com militares. Célio Borja deslocou o negociador político de Collor, Bornhausen, ostentando declarado apoio militar.

III - A última arenga de Collor

É um equívoco negar qualquer conteúdo político à última arenga de Collor. Pelo contrário, ele até encaminhou manhosa proposta de acordo aos adversários. Acontece que sua política é tão ruim e desmoralizada que não chega a aparecer como algo com existência própria.

Encurrulado, optou por desafiar o Congresso - posição política de quem admite estar em minoria e deseja ganhar tempo para formar um bloco suficiente para impedir a votação do impedimento. Basta, para isso, um terço dos votos. Esta é sua cartada. Por aí pretende safar-se.

Em lugar de festejar a "burrice" de Collor, o mais saudável é intensificar o trabalho de mobilização popular e agir em cima dos parlamentares para que votem de acordo com o povo e não com o Planalto. Política de alianças não se faz sem a forte presença e atuação de massas. Quem tem *máquina* e dinheiro são eles e não nós.

Falsa autocritica

O deputado Aloizio Mercadante, que entende de números, pulverizou os truques verbais de Collor para disfarçar a roubalheira. Mesmo que o empréstimo no Uruguai tenha havido, não explica o deboche. Trouxeram de Montevideo 3,75 milhões de dólares, mas gastaram 6,5 milhões de dólares. De fato, a secretária de Collor teve depósitos bloqueados pelo Plano Collor. Dois mil dólares no total. Para quem gastou milhões, isto é ridículo. Aí se esgota a defesa de Collor. Nada explicou. Nada respondeu. Fracassou.

Sobre fantasmas disse que no Brasil há milhões. O Brasil está cansado de saber disto. O que se quer saber é porque esses fantasmas depositaram fortunas diárias na conta controlada por Collor.

Num dado momento, parece que vai tomar um rumo mais digno. Reconhece que cometeu erros. Assim mesmo, no



plural. Mais de um. Acusa aproveitadores e pessoas não merecedoras de confiança. Mas não especifica um único errinho. Não denuncia um único aproveitador sequer. Fica na generalidade, no vago, no limbo.

Regras do jogo

Outro item importante da arenga de Collor é a acusação ao Congresso de mudar as regras do jogo. Refere-se à questão do voto secreto ou aberto na questão do impedimento. Se o voto for aberto, Collor está perdido. Se for secreto, Bornhausen e Fiuza poderão ainda comprar alguns votinhos que lhe prolonguem a agonia.

Parece uma questão de jurisprudência, de filigrama jurídica. Mas é pura política. Não é questão que possa ficar reservada às cúpulas. Requer povo na rua.

Na conclusão, Collor perdeu a oportunidade de dar força política a seu discurso. Advogou as leis prometidas aos americanos e japoneses e exigidas pelo FMI. Os analistas burgueses dizem claramente que Collor não está sendo condenado por causa de seu programa, mas por uma questão de comportamento. É com o leque de leis entreguistas - portos, patentes, aumento de impostos, etc - que Marcílio pretende continuar com ou sem Collor. É isto que está no forno.

IV - "Renúncia negociada"

Os aderentes da última hora à campanha anti-Collor (quando já não lhes resta alternativa), o governador Leonel Brizola e o velho colaboracionista Luis Antonio Medeiros, assumem uma definida posição conciliadora sob a máscara de "equilíbrio". Já não podem mais continuar sustentando as posições anteriores abertamente pró-Collor. Deslizam pelo desvão da "renúncia negociada".

O principal defeito dessa proposta é que nem seus autores se atrevem a dizer o que é que ela significa na prática. Anistia ou indulto?, perguntou um repórter a Medeiros. Ele riu e não falou. Brizola de sua parte insiste na "ira dos generais" que, por sua vez advertem sobre "riscos" das grandes movimentações de massas populares.

Já não dá mais para esconder que essa gente desempenha o papel de freio. Querem segurar e conter o povo. Renúncia negociada é impunidade de Collor.

A renúncia negociada está sugerida sutilmente na arenga de Collor, quando critica o sistema presidencialista. Sugere que até poderia aceitar o parlamentarismo-já, desde que o deixem ficar. O que ele precisa é de impunidade. Precisa do poder para isso. Para tanto, faz qualquer negócio. Só falta um dado na equação: é saber se o povo permitirá tamanha sujeira, a maior de todas as corrupções.

De qualquer forma, a CPI já completou o retrato falado de Collor. □

O ministério de Collor aproveitou o vazio de poder para desfechar um duplo golpe, em Collor e no povo.

A cidade: esquerda x direita

JOSÉ CORRÊA

As eleições municipais de 3 de outubro se darão em um contexto de aguda crise política, marcada pela luta do *impeachment* de Collor. As condições para nacionalizar estas eleições e transformá-las em um plebiscito do governo são hoje muito favoráveis. Há, face às revelações da CPI, uma grande sensibilidade popular para o problema da corrupção e do uso do poder econômico. Há um sentimento coletivo de dar um basta a ação dos PCs na política e as eleições expressarão isso. Nacionalizar as eleições significa tanto identificar e estabelecer a vinculação entre os segmentos políticos conservadores em cada cidade com Collor e seus esquemas, como fazer de cada campanha municipal o prolongamento da campanha nacional pelo *impeachment*.

Mas há ainda um desafio suplementar: vincular, no terreno da disputa municipal, a corrupção, a ação dos grandes esquemas empresariais, a política neoliberal de Collor e Marcílio, de um lado, e a recessão, o desemprego, os cortes de gastos públicos e a falta de recursos das prefeituras, de outro. E, coerentemente, apresentar uma alternativa democrática e popular ao neoliberalismo de saída da crise nacional e de gestão das cidades.

Esquerda e direita em luta

Há, assim, um componente especificamente municipal passando todas as dimensões da disputa eleitoral em curso. Os conflitos de interesses, o tratamento da coisa pública, as articulações políticas e as propostas mais gerais de organização da sociedade desdobram-se, também, em projetos para a cidade. Há uma luta entre nós e a direita, que, de forma velada ou aberta, está se manifestando em cada município onde concorreremos à prefeitura, para além do discurso e do perfil de cada candidatura petista e da política de alianças local.

Esta disputa é estratégica para o PT e a esquerda. A população urbana no Brasil passou de 36% em 1950 para 68% em 1980 e muito provavelmente para quase 80% hoje. E boa parte (40% da população urbana em 1980), vive em grandes aglomerações urbanas, megacidades e regiões metropolitanas com mais de um milhão de pessoas. A vida de 4 de cada 5 brasileiros é a realidade da cidade, a vivência das re-

lações sociais e políticas e do horizonte de mundo aí estabelecido - com empregos industriais ou nos serviços, mudanças profundas na estrutura familiar, demandas enormes de habitação e serviços públicos, acesso à televisão, maiores possibilidades de participação política, etc.

Tanto a direita como a esquerda tem que responder às contradições específicas geradas no espaço sócio-político da cidade se pretendem disputar a adesão duradoura da maioria da população. Este sempre foi um terreno monopolizado pela burguesia, com poucas experiências progressistas ou populares. A presença do PT no governo de cidades importantes desde 1988 (com os antecedentes de Diadema e Fortaleza) é, deste ponto de vista, uma novidade histórica para a sociedade brasileira, uma experiência decisiva para nosso futuro.

Cultura política conservadora

A teia de relações de poder tradicional na história da cidade brasileira, baseada no domínio das oligarquias e suas clientelas, foi profundamente revolvida pela acelerada urbanização das últimas décadas. Com a industrialização e a expulsão de grandes massas do campo, elas afluiram para as cidades. O populismo marcou um primeiro processo de incorporação de parte dos assalariados urbanos à política e seu acesso à alguns serviços, através do paternalismo estatal. Mas as características que assumiu a urbanização e a industrialização a partir dos anos 60 não assegurou nem o emprego, nem acesso à direitos sociais básicos àqueles que afluiram à cidade; pelo contrário, a exclusão e a marginalização tornaram-se a norma. Mas, ainda assim, foi possível, até o início dos anos 80, desenvolver obras de infra-estrutura urbana que possibilitavam uma expansão das grandes cidades adequada ao processo de acumulação vigente. Porém, com a crise que marcou a última década, nem isso mais foi viável. Não há hoje, com o domínio da política neoliberal, um projeto hegemônico para a questão urbana - exceto a velha fórmula de "sanear" as finanças públicas - nem condições de manter intactas, de forma pura, suas velhas práticas. A conquista de governos municipais por candidatos burgueses de maior prestígio tem, em geral, apenas o sentido de trampolim para outras disputas políticas.

É como sedimentação deste conjunto de processos, que se tornam contemporâneos, que podemos compreender as práticas políticas hoje dominantes na vida urbana brasileira. Como afirma Celso Daniel, "o papel do município na função de dominação se vincula a formas de legitimação calcadas num conjunto de valores políticos de presença marcante no Estado e na sociedade brasileiras: o ponto de vista do Estado (veiculado pelo poder administrativo), pelo qual este se vê e é visto como produtor por excelência do saber e que tende a controlar o detalhe da vida social; o elitismo, que desqualifica o lugar do povo na construção ativa do social; a cultura de homogeneização e banalização social dos meios de comunicação de massa; os valores referidos às grandes obras (sobretudo do sistema viário), visíveis por si e identificados como as 'grandes administrações'; diferentes manifestações do paternalismo, como o populismo, pelo qual o líder 'doa' direitos sem mediações ao povo, ou o clientelismo, que produz mecanismos e cooptação e amortecimento dos conflitos por meio de troca de favores" (*As administrações democráticas e populares*. Espaço e debate nº30, p.12).

Este conjunto de práticas é articulado pelas administrações burguesas por um "saber político" adquirido ao longo de décadas de governo, estreitamente referenciado nisto que aparece como o senso comum popular. Esta "habilidade" de trabalhar simbolicamente e de forma permanente referências para as massas atomizadas (grandes obras, iniciativas políticas, medidas exemplares, etc), encontra respaldo "natural" nas demais instituições públicas (legislativo, judiciário, esferas estadual e federal do Estado), e privadas, em particular nos meios de comunicação dominados pelos setores conservadores.

Cidadania e participação popular

Este quadro começou a mudar com a organização dos movimentos populares urbanos a partir do final dos anos 70. Eles reivindicavam acesso aos direitos sociais vinculados à cidade, pressionando no sentido de que os recursos controlados pelos governos municipais fossem utilizados para atender suas demandas. Foram também constituindo-se como base social e eleitoral para a esquerda que, nos anos 80, conquistou um lugar no espaço institucional.



Fernanda Estima

A vida de 4 de cada 5 brasileiros é a realidade da cidade, a vivência das relações sociais e políticas e do horizonte de mundo aí estabelecido.

A luta fragmentada por direitos pressiona para uma inversão de prioridade na utilização dos fundos públicos a favor dos setores populares e de suas demandas. Mas não constitui, por si mesma, uma alternativa de política urbana coerente, nem permite a superação de vários aspectos da cultura política conservadora vigente; também pode, por exemplo, existir clientelismo de esquerda.

A construção de práticas políticas qualitativamente distintas só surge da associação da luta reivindicativa com a intervenção direta da população na condução global dos negócios públicos, com a participação e a interferência popular no governo - não como lobby, mas como agente consciente de um projeto transformador. É fundamentalmente a construção de uma *relação diferente entre a população e o Estado*, uma subversão da relação tradicional entre governantes e governados. Trata-se de romper com a atomização social, com a desorganização de setores historicamente marginalizados, com sua manipulação por teias de relações de favor ou por igrejas fundamentalistas, com o exercício radicalmente burguês da cidadania, restrito à delegação pontual de representação pela "venda" do voto (em troca de vantagens reais ou imaginárias).

Tal mudança não pode se dar "a frio", sem amplos enfrentamentos concretos com o conjunto de práticas e valores conservadores sedimentados nas massas. Ela tem que emergir de uma disputa de hegemonia travada tanto a nível macro, nas iniciativas gerais de rumos políticos e na ação do governo, quanto a nível micro, nas relações sociais estabelecidas em cada bairro, em cada forma associativa existente na cidade, na relação das pessoas com o Estado. Estes deslocamentos político-ideológicos devem implodir esquemas de clientela, forçar o fim da passividade popular frente ao Estado, etc, possibilitando promover a substituição das referências do Estado benfeitor ou do governante paternalista por outras mais coerentes com a condição de cidadão.

A definição e implementação de enfrentamentos políticos que dêem visibilidade ao projeto político da esquerda para a cidade junto a toda população é o elemento catalizador que permite condensar as transformações moleculares da cultura política vigente em uma nova forma de ver e de fazer política na cidade.

As prefeituras petistas

Nossa experiência a frente de muitas prefeituras do país tem mostrado as dificuldades de darmos o salto de qualidade necessário para consolidarmos um projeto político global para a cidade, alternativo à práticas da direita. Há um tatear, uma multiplicidade de experiências que nem sempre caminham no mesmo sentido. Podemos organizá-las em três níveis.

Temos um primeiro patamar comum a todas as administrações petistas: aquele construído a partir de quinze anos de experiências acumuladas pelo movimento popular e sintetizado na idéia de inversão de prioridades no benefício das maiorias populares - educação, saúde, transportes, habitação, abastecimento, serviço social, cultura, em detrimento de grandes obras, principalmente no sistema viário. A ele se soma também um inegável esforço de desprivatizar o Estado, transformar o estatal em público e combater a corrupção. A honestidade é, via de regra, uma marca das administrações petistas.

A visibilidade destas medidas, entretanto, só pode ser obtida no plano da luta política. A direita travou durante todo o nosso período de governo, um combate permanente às administrações democráticas e populares, que agora procura capitalizar eleitoralmente. Da mesma forma, são exatamente



Fernanda Estima

nos locais onde nossos governos conseguiram condensar a disputa política ao longo de toda a gestão que estamos em melhores condições de agora travarmos a disputa eleitoral.

É neste segundo nível que a relação partido-administração tem-se revelado crucial para dotar o governo de capacidade política para implementar o programa de reformas que sustentamos. Travar esta luta política exige uma seleção, pontual mas constante, de enfrentamentos - com o governo federal, com o governo estadual, com as maiorias conservadoras no legislativo, com setores do empresariado - de forma a cristalizar referências para a grande massa de cidadãos. É claro que nos momentos-chave esta luta só pode avançar graças às mobilizações de massa, onde a relação da administração com os movimentos sociais e as organizações de massa é decisiva. Apesar disso, alguns choques entre administração e movimento acabam ocorrendo e só a ação de um partido muito legitimado pode permitir superar suas consequências. São prefeituras como as de Porto Alegre e Santos, onde o tripé administração-partido-movimento foi melhor equacionado, que mais tem avançado na conquista de legitimidade e adesão popular.

Mas também este patamar, que começamos a atingir em algumas cidades, não é o fim que perseguimos. Ele é uma mediação para implementarmos as transformações maiores de nossa proposta. O terceiro e mais decisivo plano é aquele que, catalizando o acúmulo prévio obtido, consegue tanto utilizar coerentemente as posições obtidas à frente das prefeituras para travar a disputa mais geral por nosso projeto político (que tem no governo central um foco privilegiado), quanto principalmente transformar a maneira como amplos setores da população concebem a política, de modo que passem a ver a si próprios como sujeitos.

Enfatizarmos a auto-organização popular e combatermos toda forma de substitutivismo (pelo Estado, pelos partidos, por dirigentes, governantes ou funcionários), não significa deixarmos de reconhecer o papel decisivo das administrações municipais em qualquer processo geral de democratização do Estado e de participação popular. Medidas como reformas administrativas, descentralização e regionalização da administração nas grandes cidades, canais institucionais de participação, controle direto sobre os governantes e ampla participação popular autônoma (sintetizada na idéia dos conselhos populares) são, de conjunto, iniciativas que podem coroar um projeto político de esquerda para a cidade. Atingirmos este patamar, que consolide uma hegemonia de esquerda no plano municipal, é o desafio posto para as prefeituras petistas. □

São prefeituras onde o tripé administração-partido-movimento foi melhor equacionado, que mais tem avançado na conquista de legitimidade e adesão popular.

Façamos renascer a esperança

ERNEST MANDEL

Desde os anos 70 aconteceu uma deterioração da correlação de forças entre as classes em escala mundial. A principal causa foi o início de uma onda longa depressiva do capitalismo, com um crescimento contínuo do desemprego. Isso tem enfraquecido a posição da classe trabalhadora e facilitado a ofensiva do capital para aumentar a *massa e a taxa de lucro*, através da queda dos salários reais, dos gastos sociais e de infra-estrutura.



Jean Loup Sieff

A ofensiva neoliberal e neoconservadora é a expressão ideológica disso.

A grande maioria das direções dos partidos social-democratas tem capitulado frente a ofensiva do capital. Aceitaram a política de austeridade ou as iniciaram. Essa capitulação deu-se paralelamente aos efeitos da crise dos sistemas dominantes na Europa Oriental, ex-URSS, China, Indochina, provocando uma profunda crise de credibilidade do socialismo. Aos olhos das massas, as duas experiências históricas principais que se reivindicaram socialistas fracassaram.

As massas entendem que esse é o fracasso de um *objetivo social radical global*; o que não quer dizer um balanço negativo das *mudanças parciais importantes* em favor dos explorados. Nesse sentido, o balanço do movimento continua sendo muito positivo.

Porém, isso é diferente da convicção de milhões de trabalhadores de que lutas imediatas desembocarão cada vez mais na luta pela derrocada do capitalismo e pela conquista de uma sociedade sem exploração. Na ausência disso, as lutas são fragmentadas e sem continuidade, sem objetivos políticos de conjunto.

Essa crise de credibilidade do socialismo explica a contradição principal da situação mundial. As massas seguem lutando, às vezes mais do que nunca no passado; o imperialismo e a burguesia não são capazes de esmagar o movimento operário como já fizeram. Mas as massas não estão ainda dispostas a lutar por uma solução global anti-capitalista, socialista. Ingressamos num período de crise, de desordem mundial, na qual nenhuma das duas principais classes estão próximas de alcançar a vitória.

Resgatar a credibilidade

A tarefa principal dos socialistas é a de buscar restaurar a credibilidade do socialismo na consciência e na sensibilidade de milhões de homens e mulheres. Isto não será possível se não se propõem buscar saídas às suas principais preocupações e necessidades.

Podemos formulá-las de uma maneira quase bíblica: fim da fome; vestimenta para os descamisados; moradia digna para todos; salvar a vida dos que morrem sem atendimento médico;

generalizar o acesso gratuito à cultura pela eliminação do analfabetismo; universalizar as liberdades democráticas, os direitos humanos; eliminar a violência repressiva em todas as suas formas.

Isto não tem nada de dogmático nem de utópico. As massas podem perfeitamente aceitar esses objetivos se são formulados da maneira mais concreta possível. Elas podem desencadear amplas lutas nas formas mais diversas e combinadas.

Porém, esses objetivos implicam numa redistribuição radical dos recursos existentes, na mudança na forma pela qual é decidida a utilização desses recursos e nas forças sociais que tem o poder de decidir sua utilização. As massas que lutam por esses objetivos não vão abandonar essa luta quando a realidade demonstrar essas implicações.

Este é um dos desafios históricos do movimento socialista: ser capaz de impulsionar, sem restrições, lutas de massas amplísimas para alcançar os objetivos hoje mais sentidos pela humanidade.

Como se coloca a questão do poder?

É possível esse modelo alternativo no mundo de hoje, sem um objetivo concreto de tomada e de participação no poder - como objetivo realizável a curto ou a médio prazo? Formular a pergunta dessa forma é uma armadilha. Não se deve relativizar o problema do poder político. Porém, a forma concreta de luta pelo poder, e ainda mais as formas concretas de poder estatal, não devem ser decididas *desde já*. E, especialmente, não se deve subordinar a formulação dos objetivos e formas concretas de luta para conquistá-los a qualquer consideração pseudo-realista do que é ou do que não é possível realizar no terreno político a curto prazo.

Ao contrário, devem-se determinar os objetivos e as formas de luta sem preconceitos políticos de qualquer natureza - nem esquerdistas, nem oportunistas. A fórmula deve ser aquela do grande tático que foi Napoleão Bonaparte e que Lenin repetiu muitas vezes: "*Comprometemo-nos e depois veremos*".

É desta maneira que o movimento operário conduziu suas campanhas por dois objetivos centrais: a jornada de oito horas de trabalho e o sufrágio universal.

Pode o imperialismo aliado ao grande capital local, impedir a realização destes objetivos nos países da América Latina? Pode bloquear todos os ingressos de capital e transferência de tecnologia, além das pressões do FMI e do Banco Mundial?

A verdade é que ninguém pode responder *a priori* a essa pergunta. Depende em última instância da correlação de forças. Essa correlação de forças não está pré-estabelecida, muda continuamente. E a luta por objetivos precisos acessíveis a amplas massas é precisamente uma forma de modificar a correlação de forças em favor dos explorados e oprimidos.

Não se deve esquecer que o imperialismo atravessa uma crise de direção muito grave. O imperialismo ianque, apesar de ter consolidado sua hegemonia militar, tem perdido sua hegemonia tecnológica e financeira. Não é capaz de impor sua vontade a seus concorrentes: os imperialismos japonês e o alemão. Além disso, não controla as reações - possíveis - das massas dos Estados Unidos a tudo que tenta impor em escala internacional.

Recuperar a esperança

Nessas condições há muitas respostas possíveis a uma luta pelo fim imediato do pagamento do serviço da dívida externa. É pouco provável que o conjunto dos governos da América Latina e ainda mais do Terceiro Mundo, agirão nesse sentido; mas se um país como o Brasil, no caso de uma vitória eleitoral do PT, age dessa maneira, não se pode determinar previamente a reação do imperialismo. Pode ser a de um bloqueio econômico; mas é muito mais difícil um bloqueio ao Brasil do que o bloqueio de pequenos países como Cuba, para não falar na Nicarágua. E o Brasil teria a possibilidade de responder com uma ofensiva política, dirigindo-se aos governos de muitos países e às massas de todos os países. A resposta não está pré-estabelecida; pode ser insuficiente; pode ser positiva. Mas é uma grande batalha que pode modificar toda a situação política mundial. Permitiria alguma coisa a mais que a modifica-

Não se deve relativizar o problema do poder político. Porém, a forma concreta de luta pelo poder, e ainda mais as formas concretas de poder estatal, não devem ser decididas desde já.

ção da correlação de força, permitiria a recuperação da *esperança* num mundo melhor.

A luta pelo socialismo não é uma imposição dogmática e sectária, um *objetivo a priori* imposto ao movimento real das massas. Ao contrário, não deve ser mais do que a *expressão consciente* deste movimento - que não faz mais do que desenvolver os elementos constitutivos da nova sociedade que se desenvolvem já no seio da velha sociedade.

Perigos dos pactos

Os novos movimentos sociais traduzem a angústia de amplas camadas sociais abandonadas pela dinâmica do capitalismo tardio. Ela implica o perigo que essas camadas se despolitizem cada vez mais e possam constituir uma base social para ataques direitistas, inclusive neofacistas, contra as liberdades democráticas. Toda política de "*pacto social*", de consenso pseudo-realista com a burguesia, produz a impressão para amplas camadas que *não há mais opções políticas fundamentais*, fortalecendo esse perigo. Por isso, é vital que o movimento operário estabeleça uma aliança estrutural com os marginalizados, organizando-os, facilitando sua auto-organização, defendendo-os, conyocando-os à conquista da dignidade e da esperança.

Em todos esses terrenos há que operar de forma não dogmática, agindo sem a visão de possuir a verdade absoluta, a resposta definitiva. A construção do socialismo é um imenso laboratório de experiências novas ainda indefinidas. Deve-se aprender da prática, em primeiro lugar da prática das massas. Por essa razão devemos estar abertos ao diálogo e à discussão fraterna *no seio de toda a esquerda*, mesmo defendendo com firmeza o que são os princípios de cada corrente, de cada organização - tal como a minha, a IV Internacional.

O que está em jogo hoje no mundo é dramático: é literalmente a sobrevivência física da humanidade. A fome, as epidemias de miséria, as centrais nucleares, a deterioração do meio ambiente; tudo isto *é a verdadeira face da velha e da nova desordem capitalista mundial*.

Três condições

O socialismo pode recuperar vigência e credibilidade se estiver disposto a identificar-se totalmente com a luta contra essas ameaças. Isto supõe três condições:

- a primeira é que em nenhum caso subordine o apoio às lutas sociais das massas a qualquer projeto político. Devemos estar incondicionalmente ao lado das massas em todas as suas lutas.

- a segunda condição é a propaganda e a educação entre as massas do objetivo global, de um modelo de socialismo que integra as principais experiências e formas de consciência novas das últimas décadas.

Devemos defender um modelo de socialismo que seja totalmente emancipado em todos os terrenos da vida. Esse socialismo deve ser autogestionário, feminista, ecologista, radical-pacificista, pluralista, estendendo qualitativamente a democracia direta, internacionalista, pluripartidário. É decisivo que proponha e realize a emancipação dos produtores diretos. Isto é irrealizável sem o desaparecimento progressivo do trabalho assalariado, sem o desaparecimento progressivo da divisão social do trabalho entre aqueles que produzem e aqueles que administram e acumulam.

Os produtores devem ter o poder real de decidir como se produz, o que se produz e como é utilizada uma parte maior do produto social. Esse poder deve ser conduzido democraticamente, isto é, expressar as convicções reais das massas. Isto é irrealizável sem a pluralidade de partidos, sem a possibilidade das massas escolherem entre diversas alternativas em função dos objetivos centrais do plano econômico e sem a redução radical da jornada e da semana de trabalho.

Há praticamente um consenso sobre o peso cada vez maior da corrupção e da criminalização na sociedade burguesa e nas sociedades pós-capitalistas em desagregação. Porém, deve-se entender que isto está estruturalmente ligado ao peso do dinheiro na sociedade. É utópico, é irrealista, esperar a moralização da chamada sociedade civil e do Estado, sem a redução radical do peso do dinheiro e da economia de mercado.

Não se pode defender uma visão coerente de socialismo sem se opor de maneira sistemática ao egoísmo e à busca de ganhos individuais. A prioridade deve ser a solidariedade e a cooperação.

- a terceira condição é a rejeição total da parte dos socialistas e comunistas a toda *prática substitucionista, paternalista e verticalista*. Nós devemos divulgar e assumir a principal contribuição de Karl Marx à política: *a libertação dos trabalhadores não pode ser senão obra dos próprios trabalhadores*; não pode ser obra de Estados, governos, partidos, dirigentes supostamente infalíveis, de especialistas de qualquer tipo.

Todos esses órgãos são úteis, inclusive indispensáveis no caminho da emancipação. Mas não podem fazer mais do que ajudar às massas a se liberar, nunca substituí-las. Não é somente imoral, é impraticável tentar garantir a felicidade das pessoas contra suas próprias convicções. Esta é uma das principais lições que pode-se tirar do desmoronamento das ditaduras burocráticas no Leste Europeu e na ex-URSS.

A prática dos socialistas deve ser totalmente conformeseus princípios. Não devemos justificar nenhuma prática alienante ou opressiva. Devemos realizar o que Karl Marx chamou de imperativo categórico de lutar para derrotar todas as condições nas quais os seres humanos são alienados e humilhados. Se nossa prática está de acordo com esse imperativo, o socialismo recuperará uma força e uma legitimidade política-moral que o farão invencível. □

Este texto é uma versão editada da intervenção de Ernest Mandel no 3º Encontro do Fórum de São Paulo, realizado em Managuá, Nicarágua, de 16 a 19 de julho. Este foi o maior encontro já realizado, com a participação de 122 delegados de 61 organizações e partidos políticos de 17 países da América Latina e do Caribe, assim como 60 observadores de 43 organizações de fora do continente.

O Fórum de São Paulo, impulsionado pelo PT, pelo PRD mexicano, pela FSLN e pelo PC cubano, reuniu-se pela primeira vez em 1990, na capital paulista. No ano passado, seu encontro foi na Cidade do México. O 4º Encontro está previsto para o próximo ano em La Havana, Cuba.

A libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores; não pode ser obra de Estados, governos, partidos, dirigentes supostamente infalíveis, de especialistas de qualquer tipo.



José-Ignacio Gimenez

A permanência de Celso Furtado

JOÃO ANTONIO DE PAULA

Aos 72 anos, em seu vigésimo sétimo livro dedicado às questões sócio-econômicas, aí incluídos seus três volumes de memórias, que afinal são também reflexões sobre nossa realidade intelectual e social, vem Celso Furtado, paraibano de Pombal, com seu **Brasil, a Construção Interrompida** (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, 87 pp.) reafirmar seu lugar singular em nossa história político-cultural.

Em 1962, dizia Furtado, "sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios,

em nada modificou as condições de vida de três quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda" (p.14). Trinta anos passados é necessário apenas registrar que o processo ainda mais tornou-se excludente e marginalizador. Em 1992, Furtado continua a denunciar "as estruturas econômicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade" (p.13). Tal como em 1962, suas propostas remetem à necessidade de "rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta" (p.26). Isto é, transformações estruturais, reformas de base e democracia.

Brasil, a construção interrompida

Como voltar a crescer, como retomar o desenvolvimento econômico que signifique melhoria das condições de vida para o conjunto da população brasileira?

O ponto fundamental, que estrutura o argumento de Furtado, é a resposta ao duplo desafio que estaria colocado para a sociedade brasileira

hoje, "reformular as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade, comprometem sua estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido de desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional" (p.13). Para Furtado é preciso resistir à ofensiva que visa vacinar a nova geração contra todo o pensamento social que não seja inspirado na lógica dos mercados, é preciso resistir aos liquidatários do projeto de desenvolvimento que cimentou a unidade do país e nos abriu uma grande opção histórica (p.9).

O texto de Furtado é tanto analítico quanto propositivo e autocrítico. No referente à autocrítica ele recupera as proposições de Prébisch, tanto para constatar as suas limitações quanto para atualizá-las. Furtado examina o paradigma cepalino e verifica que nem a industrialização nem a modernização, nem os aumentos de produtividade são capazes, nos quadros em que se deram no Brasil, de promover uma efetiva homogeneização social.

Há na perspectiva de Furtado dois princípios básicos: a necessidade de uma distribuição primária da renda como base de um projeto de desenvolvimento e a denúncia do mercado como mecanismo capaz de promover o desenvolvimento que interessa à grande maioria da população. Os pontos básicos do projeto de Furtado para o desenvolvimento necessário hoje no Brasil são: uma reforma agrária e da terra urbana; organização autônoma da sociedade civil; formação educacional e qualificação do trabalho; utilização das vantagens relativas à abundância de recursos naturais e fatores primários de que dispomos combinados à tecnologia de vanguarda; combinação da pesquisa, da criação intelectual e da mobilização social (p.55-57).

Mas, é no referente à sua concepção de desenvolvimento que a perspectiva de Furtado se revela mais profunda e atual, diz ele - "O objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas em planos ético, estético e da ação solidária" (p.77). Mais precisamente os objetivos seriam: a) preservar o patrimônio natural e b) liberar a criatividade da lógica dos meios (acumulação econômica e poder militar) para que ela possa servir ao pleno desenvolvimento dos seres humanos concebidos como um fim, portadores de valores inalienáveis (p.78).

As reformas e o socialismo

São muitas as concordâncias com o diagnóstico e as perspectivas decorrentes da análise de **Brasil, a Construção Interrompida**, sobretudo em quatro grandes aspectos a análise de Furtado é uma contribuição decisiva para a construção de um projeto alternativo para o Brasil, comprometido com os interesses populares: na denúncia do projeto neoliberal e dos efeitos desagregadores no sistema econômico que ele implica; na afirmação de que qualquer projeto consistente de reconstrução e crescimento da sociedade brasileira passa por uma distribuição prévia da renda e da riqueza e da ampliação da cidadania plena por meio de um efetivo processo de universalização das *habilitações pessoais* (educação básica e profissional); na afirmação do caráter democrático e popular do processo de transformações estruturais que deverão ser resultado da organização independente e mobilização da sociedade brasileira; finalmente, na afirmação do compromisso do País com o futuro, com a necessidade de uma política efetiva de desenvolvimento científico e tecnológico e da garantia da biodiversidade.

Por tudo isto, para os socialistas, Furtado é uma referência permanente. Contudo, a questão fundamental, que se coloca sobretudo para os que entendem as reformas não como metas finais, senão que entendem o processo das reformas como momento da luta pela hegemonia, como momento do processo de construção do socialismo. Neste sentido, é fundamental buscar situar as reformas no conjunto mais amplo da estratégia de transformação social para o socialismo.

À velha e importante alternativa, reforma ou revolução, devemos responder hoje: reforma e revolução. Que caminho da revolução no Brasil passa pela combinação de reformas imediatas e a colocação de elementos para o aprofundamento e expansão da hegemonia socialista. Que caminho da revolução no Brasil deve combinar guerra de posição e guerra de movimento. A burguesia brasileira é fiel representante das elites do país, historicamente incapazes de qualquer projeto de construção, reiteradamente corruptas, ineptas, excludentes e marginalizadoras. Neste sentido a tarefa dos socialistas no Brasil terá que contemplar a construção da Nação, a efetiva instauração da coisa pública e da cidadania. A construção da cidadania, a reconstrução da economia do ponto de vista dos trabalhadores, são tarefas que só os socialistas são capazes de realizar hoje no Brasil.

O caminho da construção do socialismo no Brasil é o caminho do avanço e do aprofundamento da hegemonia socialista. Isto significa dizer que é caminho tensionado, conflituoso.

Interação e tensão, convencimento e disputa, persuasão e força, organização e consciência, partidos e movimentos, Estado e sociedade, liberdade e igualdade, eis os marcos do novo processo de construção do socialismo, que teremos que elaborar, e que, fundamentalmente, significa que não há caminho legítimo para o socialismo que não se baseie na organização independente dos trabalhadores e na construção da democracia, que é, como nos diz Lefort, invenção permanente dos direitos. □

João Antonio de Paula é professor de Economia da UFMG.



Divulgação

A tarefa dos socialistas no Brasil terá que contemplar a construção da Nação, a efetiva instauração da coisa pública e da cidadania.

Proporcionalidade na direção

AFONSO FLORENCE

No transcurso da última década o movimento sindical cutista viveu um intenso debate sobre os caminhos a seguir no sentido da construção de uma estrutura sindical livre, independente classista, democrática e organizada pela base.

Este processo se refletiu nas discussões de estatuto do III CONCURT. No bojo destas discussões ganhou relevância o debate sobre a proporcionalidade qualificada como critério para composição da direção da central; já então esta proposta ganhava considerável apoio dos delegados de base.

Do III ao IV CONCURT, o crescimento desta proposta foi evidente, ganhando apoio significativo em Congressos Regionais, estaduais e/ou Departamentos. Ela foi aprovada em várias instâncias da central - CUT Regional Grande São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, CUT Minas, Departamento do Vestuário, Departamento dos Químicos de SP.

Aprofundar a democracia nos sindicatos

A iminência da aprovação pelo Congresso Nacional da liberdade de organização sindical combinada com a proliferação, nos sindicatos filiados a CUT, de disputas eleitorais sectárias pelo controle dos aparelhos sindicais - excluindo posições e conduzindo a que se apresentem mais de uma chapa do campo da CUT - coloca para o conjunto dos militantes da central um grande desafio: a necessidade imperiosa de desenvolver mecanismos de exercício da democracia que, preservando a unidade de ação da central, possibilitem a explicitação de posições, o debate, a disputa política e eleitoral.

A proporcionalidade qualificada, por exemplo, que é um destes mecanismos, começou a ser aplicada em eleições de entidades nacionais filiadas à Central que realizam suas eleições em congressos, como a Fasubra, Fenasp e Fittel.

Experiências na Bahia

Mais recentemente alguns sindicatos de base, começaram a aplicar a proporcionalidade direta na base, como os eletricitários (Sinergia) e o sindicato dos trabalhadores em educação do 3º grau (Sintest), ambos no estado da Bahia.

Além da aprovação, em congresso, da proporcionalidade direta nas eleições sindicais, vale ressaltar que estes sindicatos possuem hoje uma série de mecanismos estatutários de garantia da democracia como: congressos massivos, conselhos de comissões de base como instâncias superiores à direção e direção colegiada, além da proporcionalidade qualificada na composição da direção.

A aprovação destas propostas pelos eletricitários da Bahia no seu III congresso realizado em setembro de 1991 ganhou relevância nacional, pois se deu logo após o IV CONCURT. Aí, o processo de sectarização no interior da CUT atingiu seu ponto alto com a discussão da proporcionalidade qualificada, onde havia uma tendência da maioria dos delegados, sensíveis a discussão da democracia na Central, de aprová-la.

Foi no transcurso dos debates nos grupos e, em especial, na plenária final que se configurou uma maioria de delegados votando propostas que apontavam para a democratização do sindicato, entre elas a proporcionalidade direta na base para eleições sindicais. Para sua aprovação as propostas apresentadas pela CUT Pela Base contaram com os votos de delegados identificados com a Corrente Sindical Classista e com o PDT.

No caso do Sintest já é a segunda gestão com composição proporcional qualificada da direção, sendo que a primeira foi quando do congresso de fundação do sindicato em 1989.

Nos dois sindicatos, que recentemente realizaram eleições, apresentaram-se duas chapas cutistas. Em ambos, a diferença percentual de votos entre as chapas concorrentes, ficou em torno de 10%.

Particularidades

Nestes sindicatos, há diferenças consideráveis quanto aos critérios através dos quais é aplicada a proporcionalidade

qualificada, diferenças que podem informar as discussões sobre esse tema. Elas são explicadas pelas distinções estruturais dos sindicatos, assim como pelo processo político particular vivido em cada categoria no transcurso dos debates e da aprovação desta proposta.

No Sinergia, por exemplo, são treze diretores na executiva. Existem oito departamentos e a ordem de escolha das chapas incide sobre os departamentos. No Sintest, há uma coordenação estadual de 21 diretores que, se distribuem três a três nos sete departamentos existentes, sendo que a escolha das chapas incide em vagas nos departamentos (podendo chapas concorrentes ocuparem juntas o mesmo departamento).

É possível afirmar que o debate político nas duas eleições teve uma qualidade superior ao que era a marca destas categorias. Por outro lado, não é correto afirmar que este fato decorre, exclusivamente, das inovações estatutárias.

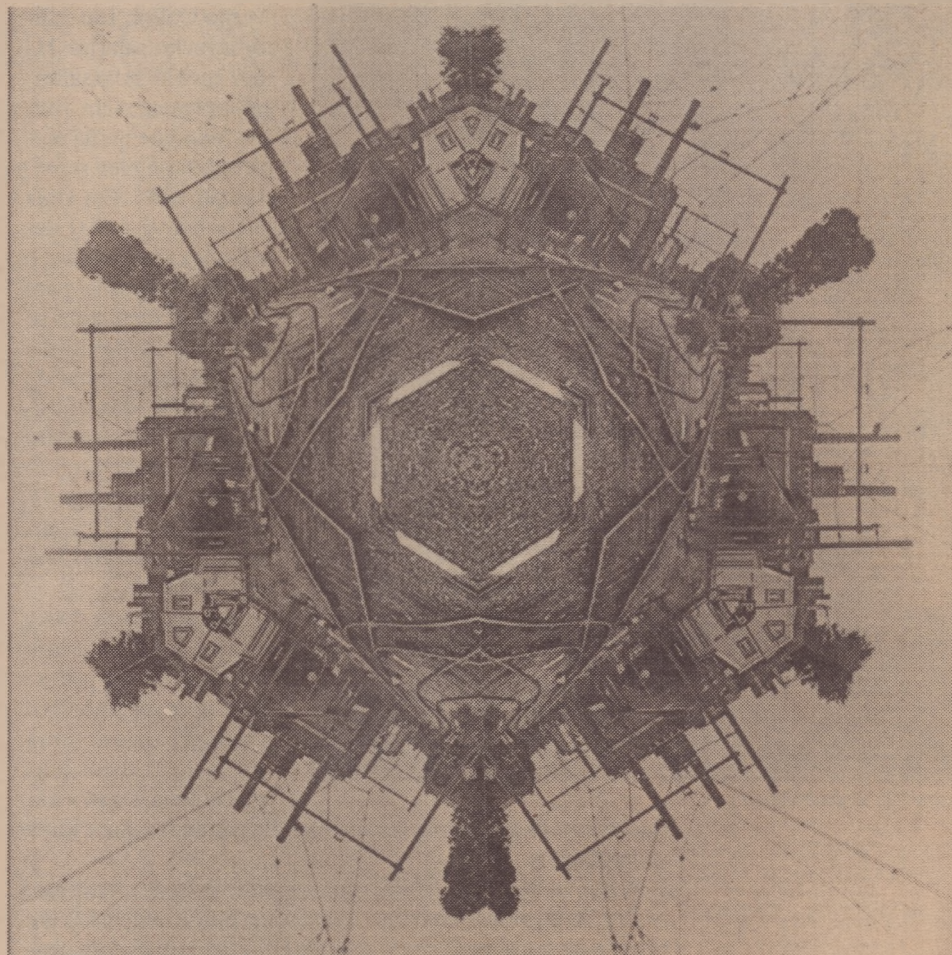
Para além do resultado eleitoral, estas eleições abriram novas perspectivas de exercício da direção sindical que, aliada às outras inovações estatutárias, são experiências que buscam a construção de uma nova tradição sindical classista, organizada e referenciada na democracia interna, no respeito às divergências políticas.

Entretanto, ficam algumas perguntas. Entre elas: estas seriam experiências possíveis em sindicatos de trabalhadores de base exclusivamente do setor privado? Qual a pertinência da antecipação de tais iniciativas em relação à aprovação pelo congresso nacional da liberdade sindical? Quais os limites de aplicação de tais critérios, mesmo no interior da CUT, se setores com peso decisivo tem se mostrado tão reticentes à adoção da democracia como valor fundamental?

A despeito de tais questões e de muitas outras que possamos levantar, estas são duas iniciativas concretas de busca do exercício da democracia sindical que demonstram como, no sindicalismo cutista, há setores consideráveis que atribuem à mais profunda democracia um valor estratégico na construção de uma nova estrutura sindical. □

Afonso Florence é historiador e assessor sindical

Planet - Ben Kamphuis



CSN: Balanço de uma derrota

MARILANE TEIXEIRA E VANDERLEI BARCELOS

A Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, uma das maiores concentrações operárias do país, sempre foi um símbolo para todo o movimento sindical, imagem reforçada a partir do enfrentamento com o exército em 1988. O resultado da eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, vencida por uma chapa da Força Sindical, significou uma grande derrota para CUT, possivelmente a sua maior derrota numa eleição sindical. Temos que ser capazes de responder às verdadeiras razões que fizeram com que a Força Sindical - praticamente inexistente em Volta Redonda, sem referência na categoria enquanto uma central sindical - conseguisse impor uma derrota desta magnitude, numa categoria que ainda tem na CUT a sua principal referência.

Os desafios não são pequenos. A CUT perdeu para uma nova prática de relações de trabalho, onde a empresa interfere diretamente na disputa da representação dos trabalhadores, deslocando para outro campo as disputas entre o capital e o trabalho. O movimento sindical não está preparado para enfrentar estas disputas diretas dentro das empresas, onde não temos organização e nossa ação é extremamente frágil.

Nova atuação patronal

Com a vitória de Collor e a posse do novo presidente da CSN, Procópio Ferreira, intensifica-se uma política de enfrentar e deslegitimar o sindicato frente aos operários da empresa. Procópio opta pelo enfrentamento direto com o sindicato e se apresenta aos operários com o discurso da "parceria", de que somente com o diálogo é possível chegar a bons acordos. A política de enfraquecer o sindicato e suas direções visava criar um terreno fértil para propor a privatização da CSN.

Os operários da CSN enfrentam, com a política econômica do governo Collor, seu maior arrocho salarial. Há dez anos atrás os salários representavam 16% do faturamento da empresa; hoje eles representam 8%. Em dois anos houve 6.900 demissões, reduzindo o quadro de pessoal para 16.800. Este quadro se expressa nas pesquisas realizadas na boca de urna: 84% dos entrevistados consideravam como o maior problema *baixo salário/política salarial e 20% desemprego/demissões/instabilidade*.

Em agosto de 1990, a primeira grande luta da categoria no governo Collor, os trabalhadores realizam uma greve de 31 dias - longa, isolada e sem vitória.

Eram os primeiros sinais do enfrentamento que estava se iniciando.

A privatização da CSN é o outro grande pólo de confronto. A direção da empresa passa a adotar uma política ofensiva em relação ao tema, realizando reuniões diretas com os trabalha-

dores, por setores ou em assembleias, utilizando vídeos nas assembleias e nos restaurantes, realizando debates com a presença de sindicalistas da Usiminas e o presidente do BANERJ. Realiza ataques sistemáticos ao sindicato.

Sua propaganda trabalha duas idéias-chave: de um lado, que com a venda de ações para os funcionários, todo mundo vai ganhar dinheiro; de outro, que a privatização é um processo irreversível e que vai ser bom para os funcionários e para a empresa. Esta propaganda é articulada com os meios de comunicação e com as chefias. É uma comunicação direta e sistemática do presidente da empresa com os funcionários.

A Força Sindical

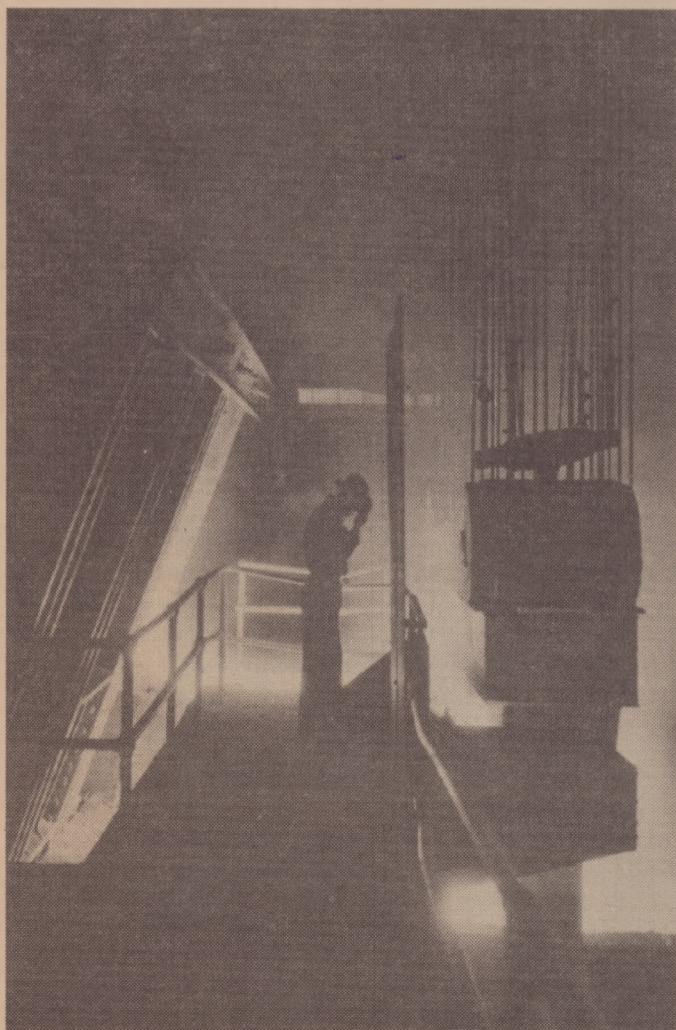
Com uma forte propaganda ideológica dentro da usina através do **Informativo** (de publicação diária), a empresa terminou atraindo, em agosto de 1991, um setor da diretoria do sindicato, que com ela negociava em separado (juntamente com a Força Sindical), sem o conhecimento do sindicato. Este setor - que foi expulso da diretoria em assembleia realizada na porta da usina, por quase unanimidade - mais tarde se constituiria no "Formigueiro", apresentando-se formalmente para a categoria como a Força Sindical.

Declarações do presidente da empresa no **Informativo** sobre o Formigueiro: "O grupo do Luisinho não é vaca de presépio, nem vive concordando comigo. Só que são pessoas que têm demonstrado maior seriedade ao lidar com as questões que afetam o trabalhador".

No processo da campanha salarial deste ano, em maio - portanto há dois meses das eleições - o Formigueiro disputa a representação dos trabalhadores junto com o sindicato, chegando inclusive a convocar assembleias paralelas com o apoio da direção da empresa. Em assembleia convocada pelo sindicato, a proposta da empresa é rejeitada. Instaurado o dissídio no TST é convocada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos de Medeiros para representar os trabalhadores, que repassa esta procuração para o grupo Formigueiro. O acordo coletivo é assinado com a direção da CSN, a despeito da sua rejeição pela direção do sindicato.

A pauta de reivindicações aprovada pela assembleia do sindicato incluía a reposição integral da inflação desde maio de 1990 (de 80%), a URP de 24,03% (com atrasados) desde fevereiro de 1989, o pagamento da insalubridade em função do salário mínimo (com atrasados desde 87), a eleição da CIPA e a liberação de seus dirigentes, o fim do processo de demissões e a eleição de delegados sindicais por área e a interrupção do processo de privatização. No "acordo" assinado pelo Formigueiro, passando por cima do sindicato, a inflação foi reposta no período maio de 1991 a maio de 1992 (explicitamente constando que não há qualquer perda a ser reposta e arquivando o processo da URP), a insalubridade passa a ser paga em função do salário mínimo (arquivando o processo na justiça que garantia o pagamento das parcelas atrasadas), as demissões não são abordadas e o projeto de privatização continua sendo implementado. Tratava-se, portanto, de um acordo com perdas salariais.

Mesmo assim, os trabalhadores de Volta Redonda reconhe-



Margareth Bourke-White

OS NÚMEROS DA DERROTA

Resumo Geral	Aposentados	Licenciados	CSN	FEM	S.Privado	Total	%
	Votos	Votos	Votos	Votos	Votos	Votos	Votos
1 (CUT)	864	225	2.84	569	2.270	6.769	39%
2 (Causa Operária)	639	26	143	15	36	859	5%
3 (Pelegos)	90	34	620	50	90	884	5%
4 (Força Sindical)	1069	129	6.04	860	143	8249	48%
Nulos/Branco	48	08	383	54	47	540	3%
Resumo Geral	2710	422	10.0	1.548	2.586	17.30	

ceram na Chapa 4 maior capacidade de negociar com a empresa. Isso parece indicar que entre uma guerra permanente, mas com poucas perspectivas de conquistas, e uma pacificação com uma redução das perdas, os operários escolheram o aparente mal menor.

Defensiva face a privatização

A CUT e o movimento sindical tem demonstrado, desde a privatização da Usiminas, uma grande incapacidade de responder ao programa de privatização implementado por Collor. Frente a um governo que passa a ofensiva e estabelece um calendário de privatizações, as ações da CUT não foram além da iniciativa popular Comissão Nacional das Estatais, que não teve maior repercussão a nível nacional. A luta nas estatais tem se reduzido a "não às privatizações". A ausência de uma estratégia sindical que enfrente o processo de privatização e construa uma proposta alternativa, tem conduzido o movimento a uma postura defensiva, somente resistindo aos ataques que sofre.

Em Volta Redonda foi desencadeada uma campanha permanente por parte da empresa, que incluía visitas à Usiminas mostrando os "benefícios" da privatização. A impotência diante da falta de alternativas no campo da CUT conduziu, no congresso da categoria, em fevereiro de 1992, a que setores da diretoria ligados ao PDT, propusesse, que o sindicato se colocasse como interlocutor junto ao BNDES. Fruto de pressões políticas, esta proposta foi retirada. No entanto, a discussão não conseguiu avançar, no sentido de construir uma alternativa que demarcasse com a proposta de privatização.

Também contribuiu para dificultar o enfrentamento da campanha pela privatização e a derrota, a falta de enraizamento dentro da usina. De um lado, não existiam comissões organizadas por setores. De outro, a direção da empresa adotou uma postura policial, perseguindo e demitindo todos os dirigentes sindicais; existem 16 diretores do sindicato com inquérito administrativo. Esta ausência de diretores dentro da Usina dificultou todo o trabalho do sindicato.

A CUT e as eleições

O que tem predominado na CUT em relação as eleições sindicais é a disputa entre chapas cutistas. E Volta Redonda não foi uma exceção. A unidade da CUT foi um processo difícil de ser construído. Enquanto a CUT Pela Base fazia uma análise de que era fundamental garantir a unidade da Central na disputa com a Força Sindical, setores como o PDT secundarizaram esta unidade em vários momentos, menosprezando a capacidade do "Formigueiro" se constituir como uma alternativa de direção sindical. O processo da convenção unitária se deu num quadro onde vetos a posições políticas e o acordo na definição prévia de cargos foram colocados como condições para a realização da convenção.

Há um mês das eleições a convenção foi realizada num quadro de disputa acirrada. Aí, a pré-chapa encabeçada por Bartolomeu não poupou esforços em atacar a figura de Vagner, denunciando-o como candidato fraco, responsável pelos baixos salários e greves derrotadas. A Causa Operária, numa política estreita e oportunista, lançou chapa própria e escolheu como alvo principal a chapa da CUT. Denunciou-a como traidora da classe operária, fazendo o jogo da empresa e da Força Sindical. Realizou uma campanha extremamente cara e agora precisa justificar porque conseguiu apenas 5% dos votos.

A condução da campanha foi pontuada por dificuldades permanentes. Havia aqueles que consideravam que a eleição já estava ganha e não reconheciam no Formigueiro capacidade para disputar essa eleição. Havia aqueles que consideravam que a sustentação da campanha deveria ser garantida pela posição política que venceu a convenção. Havia a falta de unidade sobre os eixos políticos da campanha, a forma como abordar o fim do governo Collor e a política de privatizações (embora estes não fossem, sem dúvida, os elementos centrais que determinaram a derrota). Houve, por fim, a dificuldade de articular apoio, de mobilizar dirigentes nacionais da CUT para Volta Redonda revelando o distanciamento entre o discurso e o compromisso com uma prática classista, solidária.

Uma pesquisa realizada 15 dias antes das eleições indicava 38% de intenção de votos na chapa 1; 12% para a chapa 4; 27% de indecisos; e que 11% não votaria em nenhuma chapa. Há uma semana das eleições a chapa 1 passou para 37%; a chapa 4 para 21%; os indecisos eram 26%; e 6% disseram que não

votariam em nenhuma chapa. A eleição foi realmente decidida na última semana (ver tabela).

O resultado da eleição não significou uma rejeição da CUT ou uma vitória da Força Sindical como alternativa de central. Isso aumenta a importância da continuidade do trabalho da CUT em Volta Redonda e de construir a oposição unitária da CUT, disputando com a Força Sindical um projeto sindical para Volta Redonda.

De um lado, esta derrota é a expressão de um quadro de fragilidade do conjunto do movimento sindical cutista, de falta de representação de base e, portanto, de uma estratégia para enfrentar a atual política patronal e o projeto privatizante do neoliberalismo. De outro, a derrota de Volta Redonda representa uma lição que pode nos permitir rever nossa prática e nosso projeto sindical. Poderemos assim caminhar para um novo patamar de formulação, unidade e ação político-sindical, que nos capacitem a enfrentarmos o neoliberalismo e construirmos a alternativa dos trabalhadores. □



Margareth Bourke-White

Fala Vagner

Quais os principais elementos que justificam a derrota em Volta Redonda?

A CUT não contava com a derrota em Volta Redonda, subestimou o enfrentamento com a Força Sindical. Quando defendemos a convenção cutista como única saída para enfrentarmos a Força Sindical, já trabalhávamos com a possibilidade da derrota da CUT, caso ela saísse dividida. Toda a campanha da chapa da Força Sindical foi apoiada pela empresa, com o apoio aberto de Procópio, e baseando-se no poder econômico. Os trabalhadores sucumbiram a pressão dirigida pela empresa. Este processo de pressão e coação dirigida diretamente aos trabalhadores, que não conseguimos reverter, foi fundamental para definir o resultado.

O centro da campanha da empresa e da chapa 4 foi a propaganda da privatização como saída para enfrentar a crise econômica na CSN. Como este tema foi abordado pela chapa 1?

É equivocado pensar que o enfrentamento à política de privatizações pode se dar unicamente a partir de ações isoladas dos sindicatos. A indefinição da CUT em relação a uma política nacional de privatizações, a ausência de uma campanha nacional contra as privatizações em torno a um programa único, a indefinição sobre o papel do Estado, tudo isso fragilizou-nos neste debate em Volta Redonda. Não temos uma estratégia sindical alternativa, e se entramos no debate para discutir o gerenciamento e a entrega das estatais, esta discussão a Força Sindical sabe fazer melhor.

Quais as propostas que o Sindicato apresentou aos trabalhadores para enfrentar o discurso da privatização?

Democratizar a gestão, com a participação dos trabalhadores e a fiscalização da sociedade, lisura nos contratos de compra e venda, transparência administrativa e que os cargos de chefia sejam ocupados por cargos de carreira.

Já a empresa optou pelo caminho de cooptar diretores para seu projeto. Foi assim que surgiu o Formigueiro, cujos dirigentes, até agosto de 91, eram diretores do sindicato.

É importante destacar que desde a posse de Procópio se intensificaram perseguições a diretores do sindicato e ativistas dentro da usina; são 16 diretores com inquérito administrativo e 4 demitidos, sendo que um deles já perdeu o processo de reintegração. No último ano foram demitidos 60 trabalhadores, entre cipistas e ativistas. Na greve de 1990 perdemos uma cláusula de acordo que limitava as demissões a 18 por mês, incluindo os aposentados.

A eleição se definiu nos últimos três dias. No dia anterior as eleições, a empresa concedeu 50% de reajuste, espalhou entre os trabalhadores que se ganhasse a chapa do sindicato, a FEM (subsidiária da CSN) estava fechada.

Quais as perspectivas de construir uma oposição unitária?

A única possibilidade de enfrentarmos a Força Sindical em Volta Redonda é garantindo a unidade da CUT. Tem que haver uma mudança da CUT no tratamento às oposições. A tendência é começarem as demissões

seletivas, que vão minando com o nosso trabalho dentro da empresa, (dois membros da chapa já foram demitidos), inclusive pagando indenizações para os que tem estabilidade.

O inferno é aqui mesmo

WILLIAM AGUIAR

O documento do cardeal Ratzinger "orienta" os cristãos a limitar os direitos dos homossexuais.

O último documento do Papa João Paulo II, mostra que a Igreja Católica ainda continua fiel ao cristianismo praticado em Roma no início do século I. A Carta Pastoral de Orientação aos Bispos, feita pelo cardeal alemão Joseph Ratzinger e assinada pelo Papa, causa inveja aos nazistas e aos seguidores do aiatolá Khomeini e, talvez, seja o ataque mais agressivo e explícito da Igreja, neste século, sobre os cidadãos homossexuais. Tal cardeal é presidente da Congregação para a Doutrina da Fé, novo nome do Tribunal do Santo Ofício (ou da Inquisição).

Perseguição aos homossexuais

O documento "orienta" os cristãos a limitar os direitos dos homossexuais, na concessão de casas populares, na admissão ao serviço militar e na contratação de funcionários públicos e professores. Ratzinger chega as raias da loucura ao afirmar que "a discriminação aos homossexuais não só é justa como necessária". O caráter abrangente das declarações feitas pelo Vaticano, prova que a Igreja não se limita às questões religiosas, como deveria. Ela pretende influenciar os governos a propor políticas públicas.

A carta ainda não foi publicada oficialmente, mas já está causando reações dentro e fora da Igreja. Dioceses como a de São Francisco (EUA) já discordaram da Carta, com argumentação baseada na Constituição do Estado, de que o clero não deve se intrometer em questões políticas dos Estados Unidos.

Durante a Idade Média, o grande trunfo da Igreja Católica eram as acusações de heresia e sodomia, feitas pelo Tribunal do Santo Ofício. Com isto, esta instituição se apossava dos bens de nobres ricos, mandava-os para a fogueira e enchia, mais um pouco, os cofres da Santa Sé (em nome de Deus, é claro). Vale a pena lembrar que a maioria das pessoas condenadas por sodomia não eram sodomitas.

Não precisamos ir muito longe para encontrar exemplos de perseguição homossexual por parte da Igreja. Luis Mott,

antropólogo baiano, revela - no livro **História e sexualidade no Brasil** - o número de pessoas acusadas de sodomia, pelo Tribunal da Santa Inquisição, no norte e nordeste do Brasil, durante o período colonial.

Escritos de Paulo

Os escritos usados pelos padres conservadores para justificar a sua homofobia se encontram nas cartas de um discípulo de Jesus chamado Paulo. Esse homem era soldado do Império Romano, designado para trabalhar na Palestina, cobrando impostos e, nas horas vagas, perseguindo e martirizando os primeiros cristãos. Alguns exegetas ainda tentam contornar a situação, dizendo que o discípulo não se referiu aos homossexuais quando escreveu a **Carta aos Romanos**. É bem verdade que o termo homossexual só foi criado no século passado. Mas, quem disse que, para nos referirmos a alguém ou algo, precisamos usar termos que digam exatamente o que as pessoas ou coisas são? Segundo Paulo, todos os "que trocaram o uso natural da mulher e se inflamam de

sensualidade uns para com os outros" estão no inferno (Rom. 1,27). Como vimos, em nenhum momento foi usada a palavra homossexual ou "pederastes", para ser mais fiel aos termos gregos da época que poderiam significar isso. Em **Corintios I** (6, 9), Paulo é mais explícito: "Não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganéis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas". Como se pode ver, existe sim um grande exemplo de discriminação por orientação sexual nos escritos de Paulo, que alguns religiosos tentam esconder, ao contrário do que faz agora o cardeal Joseph Ratzinger e o Papa João Paulo II.

Este cardeal é o mesmo que, com o aval do Papa, condenou ao silêncio Frei Leonardo Boff pelo fato do mesmo ter dito que o chamado que Jesus faz a todo cristão é no sentido da liberdade e da luta por condições humanas de sobrevivência. É óbvio que uma Igreja comprometida com suas finanças, no bom molde capitalista, não podia se ver ameaçada.

Os escândalos no Vaticano não são poucos. Tenhamos como referência o caso Marcinkus, onde ficou provada a ligação da Santa Sé com a máfia italiana. Esse escândalo só não teve maior repercussão graças ao esforço (com certeza financeiro) do Vaticano para abafar o caso na imprensa.

Essa é uma boa hora de mostrar que, ao invés de discriminar os homossexuais, o Papa deveria tomar alguma posição frente aos governos despóticos do terceiro mundo, que levam a morte milhões de crianças.

João Paulo II resolveu errar mais uma vez ao assinar essa carta, feita pelo eterno inquisidor Ratzinger. Sim, mais uma vez, pois quando se esperava uma posição racional da Igreja em relação a AIDS, o Papa dispara, de seu trono, a posição mais absurda que se podia conceber: "o uso de preservativo é contra a lei de Deus". Que lei é essa? De que Deus ele está falando? O fator preocupante nessa história é que esses dois conseguem seguidores dispostos a cumprir suas ordens.

Insanidade medieval

A insanidade medieval desta Carta Pastoral de Orientação aos Bispos é infinitamente insuportável. Gostaria de perguntar ao cardeal Ratzinger o que ele vai fazer com o clero (sem falar na multidão de leigos), ao descobrir que o mesmo está entupido de homossexuais. Se a resposta for a perseguição e, conseqüentemente, a expulsão desses padres, não sei mais em que acreditar, pois, até que provem o contrário, a Igreja Católica precisa de sacerdotes para convencer o povo a continuar enchendo os cofres da Santa Madre Igreja. Seria muito bom se o tiro saísse pela culatra.

O que me faz um pouco otimista em relação a essa questão, é a chance de provar o quanto a Igreja está sendo hipócrita ao condenar a homossexualidade, depois que o mundo já tomou conhecimento de que isso não é doença ou desvio de comportamento. É apenas uma questão de orientação sexual e está ligada exclusivamente ao indivíduo. Diversos países proíbem a discriminação a homossexuais, através de sua Constituição. O Brasil, desde o século passado, não considera criminosa a prática homossexual. Tudo isso só demonstra o grau de preconceito, discriminação e insanidade da Carta feita por Ratzinger, onde não é levada em consideração a Declaração dos Direitos do Homem, feita pela ONU.

Outra coisa animadora nessa história toda, é a reação dos grupos homossexuais organizados em todos os países. Parece que é chegada a hora de, novamente, levantarmos nossas bandeiras e lutarmos contra o antigo e incansável inimigo. Uma resposta está sendo preparada e, com certeza, o Vaticano não se livrará de manifestações de protesto.

Se o destino que está reservado aos homossexuais, de acordo com as cartas de Paulo, é o fogo do inferno, já começo a me deliciar com o doce calor das labaredas me subindo pelas pernas e a torcer pra que ele não acabe nunca.

Enquanto seu lobo não vem, canto com o poeta tropicalista e luto contra mais um ataque dessa secular instituição: "É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte." □

William Aguiar é membro do Grupo de Homossexuais do PT

Luis Garrido



A nova desordem mundial

LIVRE COMÉRCIO

NA AMÉRICA DO NORTE

Foi anunciada em Washington, no dia 12 de agosto, a conclusão das negociações para a criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA em inglês), abrangendo os Estados Unidos, Canadá e México. O novo bloco econômico compreende um mercado de 360 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 6,6 trilhões.

Previsto para vigorar a partir de 1994, o novo acordo é uma resposta norte-americana às iniciativas européia e japonesa: a eliminação das fronteiras econômicas da Comunidade Européia, que se inicia em 1º de janeiro de 1993, constituindo um bloco de 12 países com 345 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 6,081 trilhões, e a formação do espaço econômico próprio do Japão na Ásia.

No projeto Bush, este é o primeiro passo para transformar todo o continente num espaço de exercício da hegemonia de Washington e num mercado cativo para as exportações norte-americanas, através da Iniciativa das Américas. Carla Hills, ministra do comércio dos EUA, já anuncia que o Chile, que está fora do Mercosul, deverá aderir ao NAFTA. Mas, ao mesmo tempo, uma séria oposição popular ao tratado está se desenvolvendo no Canadá.

Na era do predomínio absoluto do mercado mundial sobre os mercados nacionais, face à realidade criada desde 1985 pelos impasses nas negociações de tarifas através do GATT (o Acordo Internacional de Tarifas), as burguesias imperialistas parecem apostar resolutamente na formação destes blocos econômicos. Eles expressam a aceleração da concentração internacional do capital, o acirramento da disputa econômica interimperialista e a perspectiva do crescimento do protecionismo comercial, além da marginalização dos países deles excluídos.

TRIBALISMO E GENOCÍDIO

NA SOMÁLIA

A Somália vive momentos piores que os da Etiópia em 1985. Em uma sociedade de economia essencialmente agrícola passando por uma seca devastadora, trava-se uma guerra civil que já dura 18 meses; 4,5 milhões de pessoas já morreram, a maioria de fome.

A guerra civil começou com a deposição do ditador Mohammed Siad Barre, no poder há 21 anos. Quando o inimigo comum foi derrotado, os grandes clãs - Issaks do norte, Ogaden do sul e Hawiye do centro - passaram a disputar espaço. Os Issaks já declararam o norte do país independente. Os Hawiye controlam a capital, Mogadíscio, e parecem estar ganhando os combates contra os Ogaden do sul. Mas uma violentíssima disputa eclodiu entre dois subclãs dos Hawiye, os Habr Gedir-Saad encabeçado pelo presidente provisório do país, Ali Mohamed, e os Abgal encabeçado pelo general Aidid; estes combates já provocaram mais de 25 mil vítimas. Isso num país constituído por uma única etnia, que fala a mesma língua e cuja população é quase toda muçumana sunita! As Nações Unidas está tentando estabelecer um compromisso entre as duas facções para que pelo menos parem de bloquear a distribuição de ajuda humanitária na capital e no resto do país.

Enquanto toneladas de alimentos apodrecem no porto de Mogadíscio antes de chegar nos postos de distribuição de alimentos, crianças e velhos morrem de desnutrição. Os técnicos das Nações Unidas vão propor às facções em luta um novo cessar-fogo e a troca de armamentos por ajuda humanitária. O período necessário para conseguir novos envios de remédios, água e alimentos seria de no mínimo um mês, tempo para matar milhares de pessoas.

CRISE COM MAASTRICHT?

O referendun dinamarquês sobre a adesão ao Tratado de Maastricht terminou com a aprovação da não aceitação dos acordos, uma dura derrota para os setores capitalistas europeus hoje hegemônicos, que defendem a aceleração da unificação européia. Uma intensa disputa vem se desencadeando em cada país europeu no processo de aprovação do tratado pelos respectivos parlamentos, que em alguns países exige a realização de plebiscitos ou referenduns. O plebiscito da Irlanda aprovou a vinculação do destino imediato deste país com o processo estabelecido pela Comunidade Econômica Européia.

Agora é na França que está se travando uma enorme batalha política. Um plebiscito está marcado para 20 de setembro. E pesquisas recentes mostram que o não (a rejeição dos acordos de Maastricht) está tendo o apoio, por pequena margem, da maioria dos eleitores (elas falam de 52% contra 48%). A vitória do não no plebiscito francês pode implodir o processo de unificação européia.

PARTILHA DA BÓSNIA?

As atuais negociações de paz sobre a Iugoslávia são marcadas pelo cinismo total. Depois das imagens chocantes dos campos de concentração sérvios, foi divulgada a notícia de que os governos da Sérvia e da Croácia, que travaram até janeiro uma violenta guerra, assinaram um acordo secreto na localidade austríaca de Graz. Por este acordo, a maior parte do território da Bósnia-Herzegovina seria dividido entre a Sérvia e a Croácia. Caberia aos muçulmanos, a principal "nacionalidade" da região, uma pequena região no centro da Bósnia, com um estatuto ainda não definido (é improvável, nestes marcos, que venha a dispor de autonomia real). É claro que isso não significa que o acordo será implementado; dependerá da evolução da guerra e das iniciativas diplomáticas.

Não é, pois, só a Sérvia que está constituindo zonas "eticamente homogêneas", através da incorporação de territórios de outras repúblicas da ex-Iugoslávia e da deportação de populações inteiras (há hoje mais de dois milhões de refugiados desta guerra no coração da Europa).

O fato de que são antigos dirigentes do partido comunista iugoslavo que dirigem a Croácia (Tudjman) e a Sérvia (Milosevic) e hoje encabeçam, com um discurso nacionalista raivoso, a divisão do país e a restauração do capitalismo ajuda a compreender a artificialidade do conflito, centrado em torno da constituição de aparelhos de Estado independentes e o controle por eles dos territórios mais amplos possíveis. Durante 40 anos diferentes comunidades conviveram sem conflitos agudos no interior da antiga Iugoslávia e não existe nenhum processo "natural" que deveria conduzir à sua fragmentação e à guerra.

A impotência das Nações Unidas e da Comunidade Européia em interromper o massacre é uma demonstração brutal do caráter da "nova ordem internacional" e da manutenção da velha máxima de Clausewitz de que "a guerra é a continuidade da política por outros meios".



FRAGMENTOS

CAETANO

JUAREZ GUIMARÃES

Desde o dia 13 de setembro do tumultuado ano de 1968, um desencontro fere o imaginário da esquerda brasileira. De um lado, uma massa compacta de gritos e vaias agitava os ares do Tuca, em São Paulo, naquela noite. De outro, a frágil figura de Caetano, estrangeiro com seus 27 anos, a voz excepcionalmente áspera e rouca: "É proibido proibir!... É proibido proibir!... É isto que a juventude que quer tomar o poder(...) Vocês não estão entendendo nada(...) Vocês estão por fora(...) Se vocês em política forem como são na estética, estamos feitos...".

Caetano parece nunca estar no lugar certo, no momento exato, com a palavra esperada. Naqueles anos radicalizados do final dos sessenta ("a história na frente/a certeza na mão", dizia afinadamente Vandrê), o movimento tropicalista ("na mão direita tem uma roseira/autenticando eterna primavera/e nos jardins os urubus passeiam a tarde inteira/entre os girasóis") parecia uma anti-mensagem, com suas imagens tortas e acordes dissonantes.

Retornando do exílio em 1972, Caetano vive na sua arte um caminho aparentemente alheio ao clima de resistência, de politização e de lenta mas progressiva reconquista dos espaços democráticos. Enquanto Chico Buarque espelha, reflete, arrisca-se nas fronteiras deste movimento, Caetano elabora o experimental *Araça Azul*, cultiva "o deus oculto que há nas avencas", lança o manifesto odara ("deixe eu dançar/pro meu corpo ficar odara/minha cuca ficar odara"). É o tempo dos doces bárbaros.

Em *Vamos comer*, já após as grandes jornadas de 1989, Caetano dispara: "quem é que vai equacionar/as pressões do PT e da UDR/e fazer desta vergonha/uma Nação".

A esquerda e o Narciso

Como um "Narciso que acha feio/ o que não é espelho", a nossa tentação imediata é ver Caetano como um "outro", como puro fenômeno estético, alheio a qualquer relação com o nosso movimento político. Lugar da beleza, sensibilidade, harmonias impensadas. Vamos curtir a arte de Caetano e ponto final!

Esta atitude parece sensata: seria uma operação absurda pretender "politizar" Caetano Veloso. Pois ele - como Manoel Bandeira, Noel ou Guimarães Rosa - construiu uma personalidade anti-política. De sua arte, Caetano vê a política como um espaço de uma certa miséria humana: "Margaret Thatcher,

Delfim, Menahen Behin/política é o fim". Ou: "Enquanto os homens exercem seus podres poderes/morrer e matar de fome, de raiva e de sede/são tantas vezes gestos naturais".

"A vida é amiga da arte/é a parte que o sol me ensinou", canta em *Força Estranha*. Preso, "protesta": "e a gente é outra alegria/diferente das estrelas/terra/terra/por mais distante/ o errante navegante/quem jamais te esqueceria?". Partindo para o exílio, como García Lorca respondeu aos franquistas, faz o elogio do riso: "quero ver Irene/quero ver Irene/dar sua risada". No exílio, vê discos-voadores no céu de Londres.

Retorno do "despolitizado"

A operação de "exilar" Caetano para o puro território da estética é, no entanto, cega, arriscada e empobrecedora.

Cega: por uma aparente sucessão de coincidências (*Alegria, Alegria*- "Anos Rebeldes" - crise Collor) a música "alienada" dos anos 60 retorna na voz do movimento estudantil renascido. Puro acaso?

Arriscada: o fenômeno Caetano passa a ser capturado por uma certa visão da "modernidade", como um avesso da esquerda e de sua caretece. Caetano "torna-se" um herói estetizado da "Nova Ordem". O partido de idéias *Folha de São Paulo* que o diga.

Empobrecedora: apesar de sua particularíssima identidade

- melhor dizendo, talvez por isto mesmo - a arte de Caetano está repleta de sinais, sínteses, anúncios, sentidos e possibilidades de uma utopia para a nação brasileira. Caetano e sua "tribo" nos pegam ali onde o nosso movimento político é mais fraco: no plano da cultura, da criação de novos valores, de uma certa miséria que institucionaliza e hierarquiza uma força que, por natureza, deve ser rebelde.

Em *Podres Poderes*, Caetano diz: "Eu quero aproximar o meu cantar vagabundo/daqueles que velam nela alegria do mundo". Aceitaremos o desafio, aproximando o nosso fazer na política

daqueles que "velam pela alegria do mundo"?

O que é a Nação?

Esta pergunta é talvez a interrogação mais forte que a arte de Caetano demanda à esquerda. Se sua arte é expressiva, é representativa de tendências culturais profundas do país é por causa desta sua inquietação, angústia, busca. Caetano formou-se culturalmente no grande ciclo de explosão nacional no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta.

O interessante, o inédito, o fecundo na busca da identidade da Nação em Caetano é que ela está projetada para o futuro. É uma utopia quase messiânica: "Alguma coisa em nossa transa é quase luz forte demais/parece por tudo à prova, parece por fogo, parece, parece paz" (em *Fora da Ordem*). É como se estivéssemos predestinados - pela fusão das raças, das cores, dos saberes e dos sabores, da sensualidade tropical e da nossa melancolia portuguesa - a construir uma civilização "melhor" do que o padrão ocidental. "Desde o momento em que Bush pronunciou essa expressão 'nova ordem mundial', eu imediatamente senti ao mesmo tempo, a possível tristeza de estar excluído desta possível nova ordem mundial e a grande alegria de não estar comprometido, de não estar identificado com ela." (*Folha de São Paulo*, 9 de agosto de 1992).

A arte de Caetano é continuadora legítima da bossa nova. Se João Gilberto criou através da fusão entre samba e jazz, Caetano atravessou o "muro" que separava a música popular da guitarra, Luiz Gonzaga dos Rolling Stones, Chico Buarque de Roberto Carlos. Poucos artistas brasileiros expuseram-se tanto ao risco de desfiguração cosmopolita, às influências "externas". Poucos pesquisaram e retornaram tantos às fontes populares.

A Nação para Caetano não nasce da negação, da exclusão,



Homero Sérgio

Caetano vive

"Estou andando como os homens com meus dois pés. Não penso em fazer nada. Alguém entende o que seja isso?"

O cara que vende cigarro no Picasso fala espanhol. Na janela da casa onde eu estou morando têm uns gerânios que já estão secando por causa do outono. Meu coração está cheio de um ódio opaco. As crianças inglesas são belas e agressivas. Rainha Elizabeth está pedindo aumento de salário. Eu não dependo disso tudo. Nada disso depende de mim. O aspirador não serve para limpar as cortinas porque é muito pesado. Aqui em casa. O Rei esteve ontem aqui em casa e eu chorei muito. Se você quiser saber quem eu sou posso lhe dizer: entre no meu carro, na estrada de Santos você vai me conhecer.

Talvez alguns caras no Brasil tenham querido me aniquilar; talvez tudo tenha acontecido por acaso. Mas eu agora quero dizer aquele abraço a quem quer que tenha querido me aniquilar porque o consegui. Gilberto Gil e eu enviamos de Londres aquele abraço para esses caras. Não muito merecido porque agora sabemos que não era tão difícil assim nos aniquilar. Mas virão outros. Nós estamos mortos."

Ele está mais vivo do que nós.

Londres, novembro de 1969

Caetano Veloso

DE UMA UTOPIA



Paulo Vitale

do corte mas sempre da síntese de diferenças, oposições e contradições dilacerantes. Não é assim em **Tropicália**, com os monumentos modernos de Brasília contrastados com uma criança feia e morta? Em **O Estrangeiro**; “mas era ao mesmo tempo bela e banguela a Guanabara/ Em que se passara passa passará o raro pesadelo/ que aqui começa a construir sempre buscando o belo/ e o Amaro”? Não é assim também em **Fora da Ordem**: “Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína/ Tudo é menino e menina no olho da rua/ O asfalto, a ponte, o viaduto ganindo para a lua”?

Em Caetano a Nação não se projeta como uma sombra de um isolamento nacional, nem como adesão ingênua a uma consciência popular original que já nem existe. É busca de novas harmonias e identidades fora da “ordem mundial”.

Masculino e feminino

O segundo desafio de Caetano à esquerda: a sua arte é o lugar de uma certa *androginia*, lugar de encontro do homem Caetano com a sua sensibilidade basicamente feminina. Ora, o mundo cultural dos socialistas, o nosso movimento político, é ainda um espaço basicamente masculino em seus valores. O “sexo equívoco” de Caetano desconcerta as camadas conscientes e inconscientes do nosso machismo.

O essencial das harmonias imprevisíveis anunciadas na arte de Caetano vem certamente desta androginia. Ela permite dois movimentos: o de revelar o poder machista como parte da ordem (“o certo é saber que o certo é certo/ o macho adulto branco sempre no comando”); o de identificar as outras identidades como subversivas (“Enquanto os homens exercem seus podres poderes/ índios e padres e bichas, negros e mulheres/ e adolescentes/ fazem o carnaval”).

Masculino emancipado do peso da ordem, feminino liberado da condição de oprimido, o rosto, o desejo, a voz, a palavra, o corpo de Caetano com sua arte inunda o imaginário cultural brasileiro de novas sensibilidades amorosas: “qualquer maneira de amor vale a pena/ qualquer maneira de amor vale amar”.

Narciso e a estrela

Em uma terceira e última dimensão, a arte de Caetano incide sobre os impasses da esquerda. Formada na cultura coletivista, com suas idéias-força de solidariedade, justiça, igualdade, a

esquerda vê-se hoje cercada por uma agressiva mensagem individualista e mercantil.

Caetano sempre foi um Narciso, alguém empenhado em fazer brilhar a sua própria luz. Mas quem poderia hoje acusá-lo, como já houve o tempo, de alienado, individualista, egoísta? E, no entanto, a sua vida e sua arte não estão ligadas por mil fios aos nossos destinos?

É que o “individualismo” de Caetano é mais propriamente uma individuação, uma certa honestidade e coragem em relação a si próprio e à construção de seu destino. Um destino que se faz na cultura, na construção de comunidades imaginárias ou reais, em confronto aberto com uma visão mercantil de mundo (“não me importa/ dinheiro não/ mas a beleza pura”).

“Gente é prá brilhar/ não é prá morrer de fome”, convidamos Caetano a esta utopia máxima e assim tão simplesmente formulada. “Eu sou apenas um velho baiano/ um fulano, um caetano, um mano qualquer”, nos desafia recusando qualquer mistificação de si próprio. Como quem diz: para fazer com que a luz de todos possa brilhar é preciso que a luz de cada um se acenda. □

Utópicas

“...inventando um lugar/onde a gente e a natureza feliz/vivam sempre em comunhão/ e a tigresa possa mais do que o leão...” (**Tigresa**)

“...a última nação indígena/e o espírito dos pássaros/das fontes da água límpida/mais avançado que a mais avançada das mais avançadas das tecnologias...” (**Um Índio**)

“...eu nunca quis pouco/falo de quantidade e intensidade/bomba de hidrogênio/luxo para todos/todos...” (**Muito**)

“...a história do samba/luta de classes os melhores passes de pelé/tudo filtrado ali/ naquele espaço azul naquele tempo azul naquele tudo azul...” (**Os meninos dançam**)

“...Com ódio aos que mataram Pixote a mão/Nutriam a rebeldia e a revolução...” (**Os outros românticos**)

“A língua é minha pátria/E eu não tenho pátria: tenho mátria/ Eu quero fráttria” (**Língua**)

“lambetelho frútuero/orgasmarvalha-me logun/ homenina nel paraís de felicidade/ania:/ outras palavras.”

“Araça azul fica sendo/ o nome mais belo do mundo” (**Araça blue**)

V
E
L
H
O
S
O

IMPRESSO

Reformas estruturais

RAUL PONT

A primeira batalha foi vencida. A previsão inicial foi até largamente superada. Uma votação que se anunciava apertada, transformou-se numa folgada e surpreendente decisão de 16 votos contra apenas 5 na aprovação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava o caso PC Farias e os desdobramentos em direção ao Planalto e a Casa da Dinda.

Duas razões são responsáveis pelo inesperado resultado que deixou com o governo apenas o núcleo mais duro do "esquadrão da morte". De um lado, a evidência das provas e o excelente trabalho realizado pelos membros da Comissão que nocauteou as tentativas de resposta de Collor, onde a chanchada "operação Uruguai" foi a mais tragicômica.

De outro, a resposta das ruas. A tenacidade do PT, da CUT, do conjunto da esquerda que apostou na mobilização foi suplantada pelo espontaneísmo das massas - principalmente após o desafio da "guerra das cores" feito por Collor de Mello - onde se destaca uma auspiciosa volta da juventude, dos estudantes à mobilização. Devemos dedicar profunda atenção a este despertar espontâneo de tomada de consciência de cidadania e de democratização.

Despertar da esperança

A desilusão e a desesperança após três anos de frustrações e derrotas que vinham desde a vitória de Collor chegaram no "fundo do poço" e há uma sensível reversão de perspectivas, um sentimento de que a esperança, as possibilidades de mudanças estão de novo no horizonte e que nossa utopia não morreu. Mais do que nunca os olhos de milhões, notadamente os jovens, estarão atentos a cada passo, a cada palavra de ordem que nós ou outros partidos políticos emitirem.

A coerência, a capacidade de estabelecer táticas que não colidam nem descolem da luta de longo prazo, a intimidade entre a intenção e o gesto são responsáveis pelo respeito, a admiração e o reconhecimento do PT como capaz de construir hegemonia social, apontar saídas e identificar a luz por mais escuro que sejam os tempos.

Nossa tática é de continuar contribuindo para alcançar a necessária maioria qualificada de 2/3 mantendo a mobilização popular, fazendo dos espaços gratuitos do rádio e da TV uma tribuna popular na multiplicação dos atos e mobilizações e no esclarecimento da opinião pública de quem está sustentando o Collor.

Transição e unidade nacional

Mesmo tendo presente que a prioridade nesse momento é a aprovação do "impeachment", da denúncia para que o Senado julgue o Presidente,

não temos como elidir que o debate sobre o "day-after" já está aberto no interior dos partidos.

O **Boletim Nacional** inaugurou o debate, reproduzindo posições defendidas na Executiva do partido. Essa discussão não pode, naturalmente, atropelar os acontecimentos e nos desviar das questões imediatas. O tema tem seu ritmo próprio no plano da preparação partidária, da propaganda e da problematização junto as vanguardas sociais que atingimos.

Nossa posição é que o PT não pode assumir ou apontar para qualquer governo de transição ou de

interesses e reivindicações dos trabalhadores.

O PT e Itamar

Não é função nossa, nem responsabilidade decorrente da CPI, garantir governabilidade às custas da subordinação da independência de classe que construímos até aqui. Não cabe o argumento de que se estivermos fora do futuro governo este será inviável. Esta tese é equivocada e até pretenciosa, num momento em que teremos que ser ousados, mas alicerçados na humildade do reconhecimento das próprias forças.

Mas é preciso desmistificar qualquer insinuação de golpe, de casuismo, quanto à proposta de eleições gerais. Num regime parlamentar é comum quando há um impasse de hegemonia, um empate de forças que paralisa governos ou o país, um novo processo eleitoral para estabelecer uma nova maioria.

Temos certeza de que esta opção é muito mais correta do que nos imobilizarmos num governo de coalisão pelo imediatismo de sairmos numa crise que não é circunstancial, nem se alterará por termos um governo menos corrupto ou dentro de padrões éticos distintos de Collor.

Temos prática política e um capital acumulado que nos autoriza a confiar no julgamento das massas por uma ou outra opção. Confiamos que mais uma vez teremos o respaldo dos nossos filiados e eleitores em manter nossa independência de um possível próximo governo Itamar Franco, cujo "Ministério dos Sonhos" - explicitado em entrevista ao **Jornal do Brasil** - é de arrepiar, pelo conservadorismo e ecletismo político.

Por fim, independente de uma posição mais definitiva do partido sobre o desdobramento futuro deste processo do "impeachment", precisamos assumir a divulgação de um conjunto de reformas democráticas para que os milhões que se mobilizam nestes dias tomem consciência dos obstáculos existentes para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

A democratização e o controle público dos meios de comunicação de massas, a superação da absurda desigualdade e desproporcionalidade do sistema eleitoral que distorce a representação da cidadania, o fim de um bicameralismo ultrapassado e conservador que duplica competências e emperra o Legislativo, uma profunda democratização dos órgãos e das empresas públicas para que sua transparência impeça a corrupção e o fisiologismo são temas que precisamos agitar, propagandear e transformar em objetivos concretos possíveis de serem alcançados no bojo das massivas mobilizações que recuperam os anseios e as esperanças das jornadas por Diretas Já e da inesquecível campanha presidencial de 1989.

Raul Pont - Deputado Federal PT/RS



Bel Pedrosa /FI

coalizão em nome da governabilidade ou da responsabilidade de nossa ação na CPI e no processo de "impeachment". Collor e Itamar foram eleitos por um conjunto de forças políticas que não se extinguem com a saída de Collor, nem a composição ministerial depende exclusivamente dessa composição partidária.

O Congresso sobreviverá a essa tormenta mantendo praticamente intatos seus quadros e nós sabemos que dele depende quaisquer mudança de fundo na estrutura político-administrativa do país. E isso, estamos convictos, não ocorrerá imediatamente.

É claro que a conjuntura não será a mesma e devemos explorar, ao máximo, o ascenso do movimento de massas para que os compromissos e até iniciativas de mudanças ocorram no bojo da mudança presidencial. Essas pressões serão necessárias e estaremos na vanguarda da luta pela mudança na política econômica, no fim das privatizações, no combate ao desemprego e na retomada dos investimentos para as áreas sociais.

Mas, assumir um governo de coalisão, de unidade nacional, seria um erro profundo e uma frustração para os milhões que acreditam em nós e que sabem que isso só levaria a um atrelamento a políticas globais que não são nossas e um cerceamento de nossa luta opositora e de defesa dos